

Revista da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

# PARLAMENTO PAULISTA



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
O Poder do Cidadão

**ALESP 2006**  
Mais próxima dos  
645 municípios paulistas

**Orçamento Estadual**

**Consolidação das Leis Paulistas**

**Espaço das cidades**

**Restaurante-Escola ALESP**

**Posse do governador Claudio Lembo**



O PODER DO CIDADÃO



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
O Poder do Cidadão

## Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo



**Deputado Rodrigo Garcia**

[PFL]

Presidente



**Deputado Fausto Figueira**

[PT]

Primeiro-secretário



**Deputado Geraldo Vinholi**

[PDT]

Segundo-secretário



**Deputado Jorge Caruso**

[PMDB]

Primeiro-vice-presidente



**Deputado Valdomiro Lopes**

[PSB]

Segundo-vice-presidente



**Deputado Ricardo  
Castilho**

[PV]

Terceiro-secretário



**Deputado Adilson Barroso**

[PSC]

Quarto-secretário



Capa revista **Parlamento Paulista**

## Assembleia Legislativa

### 4 Editorial – Rodrigo Garcia

As marcas que a gestão de Rodrigo Garcia pretende deixar no Parlamento paulista

### 6 Mais próxima dos 645 municípios paulistas

Iniciativas da Assembleia demonstram a importância do município na ativação da democracia

### 8 Orçamento cidadão, uma realidade

Consenso entre os poderes Legislativo e Executivo levou à aprovação da Lei Orçamentária com a garantia de atender às demandas regionais colhidas nas audiências públicas realizadas em todo o Estado

### 11 Emenda atualiza Constituição estadual

Casa promove modernização consitucional do Estado de São Paulo para harmonizar a Carta estadual com as alterações ocorridas na Lei Maior

### 13 Espaço das Cidades

A inauguração do espaço sela o compromisso da Alesp com os municípios, criando canais permanentes de cooperação e aprimoramento democrático

### 17 Restaurante-escola ALESP

Parlamento inova ao utilizar fórmula de baixo custo e grande impacto no processo de inclusão social com a substituição do modelo de concessão na exploração de serviços de alimentação em órgãos públicos

### 20 Da alma da democracia

TV ALESP amplia participação dos municípios em sua programação com vistas a fortalecer a integração estadual

### 22 Agora é lei

O resultado das atividades parlamentares

### 26 Parlamento empossa Claudio Lembo

Assembleia é escolhida como cenário para a posse do novo governador

## As comissões

### 29 Palco Legislativo

### 30 Comissão de Administração Pública

### 31 Comissão de Agricultura e Pecuária

### 32 Comissão de Assuntos Internacionais

### 33 Comissão de Assuntos Metropolitanos

### 34 Comissão de Assuntos Municipais

### 35 Comissão de Constituição e Justiça

### 36 Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia

### 37 Comissão de Defesa do Meio Ambiente

### 38 Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor

### 39 Comissão de Direitos Humanos

### 40 Comissão de Economia e Planejamento

### 41 Comissão de Educação

### 42 Comissão de Esporte e Turismo

### 43 Comissão de Finanças e Orçamento

### 44 Comissão de Fiscalização e Controle

### 45 Comissão de Legislação Participativa

### 46 Comissão de Promoção Social

### 47 Comissão de Redação

### 48 Comissão de Relações de Trabalho

### 49 Comissão de Saúde e Higiene

### 50 Comissão de Segurança Pública

### 51 Comissão de Serviços e Obras Públicas

### 52 Comissão de Transporte e Comunicações

### 53 Conselho de Ética

### 54 Corregedoria Parlamentar

## Bancadas partidos

### 55 Espaço aberto

### 56 Bancada PCdoB

### 58 Bancada PDT

### 60 Bancada PFL

### 62 Bancada PL

### 64 Bancada PMDB

### 66 Bancada PP

### 67 Bancada PPS

### 69 Bancada PSB

### 70 Bancada PSDB

### 72 Bancada PTB

### 74 Bancada PV

### 75 Bancada PT

### 77 Bancada PRB

### 78 Bancada PSC

### 79 Líder do governo na Assembleia Legislativa

### 81 Estes são os deputados estaduais de São Paulo

## Respeito ao municipalismo, transparência, institucionalidade e participação são marcas de nossa gestão que pretendemos deixar na Assembléia Legislativa



Rodrigo Garcia  
preside a Assembléia  
Legislativa do Estado  
de São Paulo

Iniciamos um novo momento nas relações entre o parlamento estadual e os municípios do Estado, baseado em um quadro de valores, princípios e compromissos políticos que, pretendemos, venha configurar as marcas de nossa gestão no Parlamento paulista. Entre outros projetos e iniciativas implementados sob a coordenação da atual Mesa Diretora, destacam-se a votação do Orçamento Estadual de 2006, apoiado em consulta popular pela primeira vez na história da Assembléia Legislativa; a continuidade do processo de votação do projeto de Consolidação das Leis Paulistas, adicionando, ao pacote de 3.800 leis revogadas na 1ª etapa, mais 3.200 leis que somente ocupavam espaço no arcabouço legal do Estado, sem qualquer sentido jurídico ou benefício prático na vida do cidadão; a inauguração do Espaço das Cidades, um espaço de participação inédito criado especialmente para apoio aos debates municipais no âmbito da Assembléia Legislativa; e a inauguração da Lanchonete-Escola Assembléia Legislativa, um projeto de inclusão social inovador e de baixo custo desenvolvido em parceria com a Prefeitura de São Paulo.

Nesse quadro, salientamos o nosso respeito ao municipalismo – um dos movimentos políticos mais identificados com o exercício da cidadania –, com a participação dos cidadãos nos processos de decisão governamental. Nossa parceria com a União dos Vereadores Paulistas (Uvesp) e a Associação Paulista de Municípios (APM) para ativação de vários projetos destacados nesta 2ª edição da revista *Parlamento Paulista*, é exemplo dessa convergência política e de nosso reconhecimento da importância do município para fortalecimento da cidadania.

O compromisso com a transparência e ética na política, traduzindo-se na multiplicação de canais de consulta, acompanhamento e controle social das ações do poder público postos à disposição da sociedade, consiste em outro importante compromisso de nossa gestão, dentro do qual incluímos esta revista, estruturada para configurar instrumento de divulgação e análise de desempenho da Assembléia Legislativa, preservando a diversidade política típica de sua pluralidade democrática.

Na mesma direção, inserimos os esforços para que a TV Assembléia tenha sinal aberto, aumentando sobremaneira a transparência e visibilidade do Parlamento junto à sociedade.



Palácio 9 de Julho, sede do  
Parlamento paulista

O empenho pela introdução da legislação participativa entre as práticas desta Casa – considerada, por nós, um dos níveis mais elevados de exercício de cidadania – configura um outro avanço que queremos destacar. Experimentada, pela primeira vez em nosso Estado, na realização de audiências públicas, com a participação de representantes de todos os municípios do Estado, para discutir o Orçamento Estadual de 2006, deverá repetir-se na discussão do Orçamento de 2007, começando, em maio de 2006, pela avaliação do processo anterior e planejamento da nova fase. Entendemos cidadania como um conceito de mão dupla: diz respeito aos direitos do cidadão, mas refere-se também aos seus deveres frente à coletividade. Aos poderes públicos, em particular ao Poder Legislativo – seu representante mais próximo na dinâmica de relações entre os poderes –, compete estimular o exercício dessa prerrogativa no interior de uma sociedade democrática, em todas as direções, dimensões e possibilidades. A presente edição da revista *Parlamento Paulista* comemora este novo momento nas relações entre a Assembléia Legislativa, os municípios e os cidadãos paulistas. ■

Rodrigo Garcia  
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

## Mais próxima dos 645 municípios paulistas

Assembléia assina protocolo de intenções com mais de 50 organizações da sociedade civil, que poderão acompanhar e influir mais no processo legislativo



Sessão de abertura dos trabalhos legislativos em 2006, com a presença do então governador Geraldo Alckmin e seu vice Cláudio Lembo

Ao longo dos primeiros meses de 2006, a Assembléia Legislativa

- vota o 1º Orçamento do governo estadual apoiado em ampla consulta popular;
- promulga emenda à Constituição do Estado que a atualiza e a harmoniza com as alterações constitucionais ocorridas no âmbito da União;
- aprova o Projeto de Lei 77/2006, 2ª etapa do processo de consolidação das leis paulistas e que propunha a revogação de cerca de 3 mil decretos-leis editados de 1938 a 1947;
- inaugura a Lanchonete-Escola ALESP no interior de suas dependências – 1ª etapa do Projeto Restaurante-Escola, voltado para a formação de jovens carentes na área de gastronomia e serviços de atendimento;
- inaugura o Espaço das Cidades nas dependências do Palácio 9 de Julho;
- investe na formação de uma Rede Virtual exclusiva para os vereadores e deputados paulistas; e
- abre as portas da TV Assembléia aos municípios que queiram divulgar suas atrações, práticas bem sucedidas e acontecimentos marcantes de sua história recente.



Na abertura dos trabalhos de 2006, o presidente Rodrigo Garcia falou ao plenário e recebeu de Geraldo Alckmin mensagem sobre as condições do Estado

### O município

Parceiro natural do Legislativo no fortalecimento da democracia e do poder do cidadão

Frente à aceleração das mudanças econômicas e sociais das últimas décadas, o Poder Legislativo, em praticamente todo o mundo democrático, vem sendo chamado a se reestruturar sob pena de comprometer suas funções legislativas e fiscalizadoras. Com isso, pretende-se reorganizar seu papel crucial de representante do povo e baluarte da democracia. O mundo da sociedade global é volátil; exige não apenas respostas rápidas, mas, igualmente, bem fundadas.

Considerando o conjunto dos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário –, essa condição pressiona a todos, indistintamente, pela vertente do planejamento, da capacitação técnica e da produtividade. Da perspectiva exclusiva do Legislativo – um poder, por natureza, plural, lento e, historicamente, indisciplinado –, pressiona, também, pela necessidade intrínseca de consulta às bases. Não apenas para conhecer suas aspirações, desejos e expectativas, mas, principalmente, para motivar sua participação consciente e compartilhar encaminhamentos de interesse coletivo da sociedade.

Nenhum membro do Legislativo, mesmo na condição de representante eleito do povo, poderá tomar

o lugar do cidadão no exercício de seus direitos e deveres de cidadania. Apenas poderá representá-lo.

Ao cidadão caberá fazer a sua parte: participar dos movimentos da sociedade civil, expressar sua opinião, a sua visão de mundo, reivindicar, partilhar decisões e resultados.

A aproximação de ambos – representantes e representados – na intensidade e profundidade requeridas pelo nível de complexidade dos processos em que estão envolvidos, emerge, nesta medida, como caminho incontornável para uma vida cidadã no interior de uma sociedade complexa, globalizada e que, por vontade e determinação de seu povo e de seus representantes, se pretenda democrática.

O desafio do Poder Legislativo nos tempos atuais é, de um lado, capacitar-se para atuar em um mundo sujeito a processos dinâmicos, tornando-se um Poder inteligente, apto a tomar decisões rápidas; e, de outro, aparelhar-se para exercer a sua mais importante função – a de “chamar o povo à democracia”. Para tanto, deve realizar um trabalho permanente de consulta às bases, de avaliação de desempenho, de prestação de contas e de mobilização da população para o exercício da cidadania.

A percepção dessa dupla pressão sobre o Legislativo está na origem da criação do Instituto do Legisla-

tivo Paulista (ILP). Criado em 2001, no âmbito da Assembléia Legislativa, tem como objetivo primeiro o de funcionar como instrumento de fortalecimento do Parlamento paulista como poder independente. Deve, portanto, atuar, internamente, na capacitação dos servidores da Casa para apoio técnico aos deputados, e, externamente, na capacitação dos atores da sociedade civil organizada para o fortalecimento da democracia no Estado.

A mesma consciência está na base do programa de trabalho da Mesa Diretora na presente gestão da Assembléia Legislativa, com ênfase clara nas duas vertentes de atuação: capacitação interna para enfrentamento da pressão crescente por respostas rápidas e intensificação do diálogo com os cidadãos.

A presente edição da revista do *Parlamento Paulista* destaca – do conjunto de ações, votações, projetos em andamento ou implantados ao longo da presente gestão da Assembléia Legislativa, em particular dos primeiros meses de 2006 –, aqueles que traduzem a diretriz maior de trabalho da Mesa Diretora, segundo a qual, o município – ente federado mais próximo do cidadão – atua como parceiro, a um só tempo, natural, estratégico e insubstituível, na ativação da democracia e fortalecimento do poder do cidadão no Estado. ■

## Orçamento-Cidadão, uma realidade

Após dois meses e meio de discussão, o Orçamento para o ano de 2006 foi votado no dia 22 de fevereiro. A receita estimada pela Lei Orçamentária totaliza R\$ 81,29 bilhões



Na audiência pública de Campinas de 2006, realizada no dia 10/5, os deputados José Caldini Crespo, Renato Simões e Edmir Chedid prestam contas do trabalho desenvolvido pela Assembléia em decorrência das audiências de 2005

A votação do Projeto de Lei 700/2005, de autoria do então governador Geraldo Alckmin, aconteceu no dia 22 de fevereiro.

Um consenso entre os poderes Legislativo e Executivo levou à aprovação da Lei Orçamentária. De acordo com o presidente da Assembléia, deputado Rodrigo Garcia (PFL), o governo chegou ao entendimento de que era necessário acolher a nova visão do Legislativo sobre o Orçamento. “O Executivo compreendeu que é possível acatar as sugestões dos parla-

mentares e atender a população”, afirmou. Garcia destacou que o ajuste entre os dois poderes deixava claro que a Assembléia pode e deve ser participativa e que o governo aceitava essa nova forma de encarar o Orçamento.

O entendimento possibilitou a aprovação de um orçamento pertinente, que seria sancionado pelo governador sem maiores restrições.

Apesar de ter havido uma redução dos valores destinados às emendas, o presidente da Casa declarou que mais importante do que o montante em si é o simbolismo de a Assembléia aprovar, de maneira inédita, emendas pontuais. Estas, que atenderam às demandas apresentadas na série de 49 audiências públicas realizadas pela Comissão de Finanças e Orçamento (CFO) em todo o Estado, somaram R\$ 5 milhões para cada região. Além disso, cada parlamentar contou com R\$ 2 milhões para destinar, dentro dos programas e ações previstos pelo Estado, aos setores que julgasse convenientes.

Todas essas alterações foram incluídas na Lei Orçamentária a partir de emenda aglutinativa, baseada no parecer do relator da matéria Edmir Chedid (PFL), sem acolher qualquer nova sugestão feita durante a discussão em plenário.

O documento de Chedid traduziu 12 mil emendas apresentadas, o que demonstra a participação efetiva dos deputados. O Orçamento para 2006, após receber a redação final, foi encaminhado para sanção do governador.

### Tramitação

O projeto foi entregue ao presidente da Casa em 29/9/05, pelo secre-

tário de Economia e Planejamento, Martus Tavares. Entre as novidades incorporadas na tramitação dessa peça orçamentária estavam as emendas de parlamentares e de bancadas (essas últimas suprimidas na emenda aglutinativa), que voltaram a dispor de dotações

para programas específicos. As chamadas “emendas pontuais” estavam suspensas, por acordo entre as lideranças, havia mais de uma década. Entretanto, as 49 audiências públicas sobre o Orçamento de 2006 promovidas pela CFO, sob a presidência de José Caldini Crespo

### Orçamento-Cidadão

Entre agosto e novembro de 2005, foram realizadas 42 reuniões nas regiões de governo do Estado e sete na Região Metropolitana de São Paulo. Ao todo, 4 mil pessoas discutiram os investimentos do governo paulista que seriam realizados em 2006. Durante as audiências foram apresentadas quase 4 mil sugestões de emendas ao projeto de lei orçamentária formulado pelo Poder Executivo. Ao fim desse processo, a Comissão de Finanças e Orçamento aprovou relatório do deputado Edmir Chedid (PFL), que incorporou 249 emendas ao texto original.

Os parlamentares elaboraram 11.600 emendas ao projeto do Orçamento, distribuídas entre as bancadas do PT (3.420), PSDB (1.618), PFL (1.056), PPS (982), PL (752), PSB (721), PDT (694), PV (684), PP (518), PMDB (502), PTB (354), PCdoB (227) e PSC (64), além de 8 elaboradas por deputados sem partido. Essa quantidade de emendas foi considerada exagerada pelo presidente da CFO, tornando “praticamente impossível a apreciação e deliberação com a seriedade e profundidade que o assunto merece”.

A comissão decidiu, então, que cada deputado poderia selecionar emendas até o valor total de R\$ 2 milhões. Cada bancada também pôde apresentar até esse valor, por integrante. As emendas surgidas das audiências regionais somariam R\$ 490 milhões (em média, R\$ 10 milhões para cada

região). Haveria ainda a condicionante de que 20% desse total fosse aplicado na área da saúde.

Somados, os valores dessas emendas, conforme os critérios estabelecidos pela CFO, chegou-se a R\$ 866 milhões, o que representa 9,5% dos R\$ 9,1 bilhões previstos na proposta orçamentária original para investimentos em 2006, explicou Crespo, para quem o volume de emendas proposto pela comissão não alteraria substancialmente o plano original de gastos do governo.

Segundo Chedid, o relatório foi um avanço, pois procurou regionalizar o Orçamento estadual – além de contemplar os pleitos dos 94 deputados paulistas – sem engessar a atuação do Executivo.

Verbas para as Santas Casas e melhoria das estradas vicinais foram sugestões acolhidas para praticamente todas as regiões do Estado, bem como repasses para a expansão do ensino tecnológico. Reaparelhamento da Polícia Civil e da adequação das unidades da Polícia Militar, construção de moradias populares, implementação dos programas Melhor Caminho e de microbacias, recursos para saneamento básico, melhorias na rede escolar (manutenção ou transporte de alunos), apoio às cooperativas de agricultura familiar, reforma de complexos hospitalares do Iamspe, regularização fundiária e pagamento de precatórios também foram demandas regionais atendidas pelo Orçamento.

**Encerrados os trabalhos de votação da Lei Orçamentária de 2006, o presidente Rodrigo Garcia deu entrevista coletiva à imprensa: “Foram dois meses e meio de discussão até o governo chegar ao entendimento de que era necessário acolher a nova visão do Legislativo sobre o Orçamento”**



(PFL), reavivaram essa prerrogativa do Parlamento.

### **Emenda aglutinativa garante emendas regionais**

A emenda aglutinativa, que formalizou acordo entre governo e oposição, garantiu o remanejamento dos valores a serem destinados para cada região do Estado. As quantias relacionadas às emendas regionais, que destinariam, em média, R\$ 10 milhões para cada uma das 42 regiões de governo e R\$ 70 milhões para a Região Metropolitana de São Paulo, foram negociados para a metade dessa soma. Também foram ampliadas as dotações para o Fundo de Cultura em R\$ 25 milhões, para o Tribunal de Justiça em R\$ 35 milhões, para o Ministério Público em R\$ 14 milhões, para o Tribunal de Justiça Militar em R\$ 1 milhão e para a Assembléia Legislativa em R\$ 55 milhões. A Unesp recebeu suplementação de R\$ 10 milhões em seu orçamento, o que fez com que a verba destinada ao ensino superior ficasse em 9,57% da arrecadação da cota-parte do ICMS.

O acordo também manteve R\$ 2 milhões para as emendas pontuais

dos parlamentares. Entretanto, as emendas de bancada, que consignavam a mesma quantia para cada deputado, foram suprimidas.

Segundo o relator do Orçamento na CFO, o consenso na aprovação da emenda aglutinativa representou uma vitória “Conquistamos 60% do que propusemos”, ponderou. Chedid também afirmou considerar importante a conquista de uma maior participação dos parlamentares no Orçamento, receita que se repetirá neste ano: em maio, teria início o calendário de realização de audiências públicas regionais para a apresentação de propostas ao Orçamento para 2007.

### **Consensos**

Para o líder do governo na Casa, deputado Edson Aparecido, a emenda aglutinativa também foi vantajosa ao Executivo, pois não alterou questões nevrálgicas do governo, como os planos para o Rodoanel, o Metrô e a malha rodoviária. “As emendas parlamentares e regionais serão atendidas dentro dos programas já existentes nas regiões, sem alterar o conceito geral do Orçamento”, afirmou.

Quanto à previsão de receita —

inicialmente estimada em R\$ 80,7 bilhões pelo governo e aumentada em R\$ 1 bilhão pela CFO —, houve consenso em elevar a previsão em R\$ 573 milhões, o suficiente para contemplar as emendas parlamentares e regionais sem prejuízo dos outros investimentos, que totalizam R\$ 9,1 bilhões.

Aparecido alertou, entretanto, que os dois primeiros meses de 2006 estavam mostrando um decréscimo da arrecadação, ao contrário do que acontecera no ano passado. “Se essa tendência se mantiver, o governo terá de fazer uso do contingenciamento de recursos”, advertiu.

O líder do PT, Renato Simões, apontou entre os pontos positivos do Orçamento para 2006, a possibilidade de acompanhamento pelos parlamentares da execução dos investimentos por meio do sistema de informática Sigeo. Simões afirmou estar certo de que, neste ano, haverá excesso de arrecadação. “Desde 1998, o governo do Estado vem apresentando, sem exceção, receitas maiores que a previsão, sempre em um índice próximo a 5%. Dessa quantia, incluímos no Orçamento apenas 10%”, explicou. ■

## Emenda atualiza Constituição Paulista

**Atualização constitucional é parte de projeto que consolida a legislação do Estado**



**O presidente da Casa, Rodrigo Garcia, fala na cerimônia de promulgação**

A Assembléia Legislativa promulgou no dia 14/2 uma emenda constitucional que atualiza a Carta Maior do Estado de São Paulo e a harmoniza com as alterações constitucionais ocorridas no âmbito da União. Trata-se da Emenda à Constituição 21/2006.

Além dos três membros da Mesa Diretora da Assembléia – presidente Rodrigo Garcia, 1º secretário Fausto Figueira e 2º secretário Geraldo Vinholi –, participaram da solenidade de promulgação o então governador do Estado, Geraldo Alckmin, o vice-governador, Cláudio Lembo, o presidente do Tribunal de Justiça, Celso Luiz Limongi, o procurador-geral de Justiça, Rodrigo César Rebelo Pinho, e o presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Robson Marinho.

Entre outras autoridades e representantes da sociedade civil, foram convidados para o ato Tônico Ramos e Orestes Quércia, que exerciam os cargos de presidente da Assembléia e de governador do Estado em 1989, ano em que a Constituição do Estado foi promulgada.

A emenda aprovada originou-se da Proposta de Emenda à Constituição 14/2005, de autoria dos seguintes deputados: Cândido Vaccarezza (PT), Afonso Lobato (PV), Ana Martins (PCdoB), Analice Fernandes (PSDB), Antonio Salim Curiati (PP), Arnaldo Jardim (PPS), Baleia Rossi (PMDB), Beth Sahaõ (PT), Campos Machado (PTB), Célia Leão (PSDB), Conte Lopes (PTB), Donisete Braga (PT), Edmir Chedid (PFL), Edson Aparecido (PSDB),

Enio Tatto (PT), Giba Marson (PV), Ítalo Cardoso (PT), Jonas Donizette (PSB), José Caldini Crespo (PFL), José Dilson (PDT), Maria Lúcia Prandi (PT), Milton Vieira (PFL), Nivaldo Santana (PCdoB), Renato Simões (PT), Ricardo Castilho (PV), Roberto Moraes (PPS), Romeu Tuma (PMDB), Sebastião Almeida (PT), Sidney Beraldo (PSDB), Simão Pedro (PT), Souza Santos (PL) e Waldir Agnello (PTB).

O governador Geraldo Alckmin destacou a tradição constitucionalista de São Paulo desde a influência do santista José Bonifácio na Constituição imperial de 1824 até a Revolução de 1932, que resultou na promulgação da Constituição de 1934. “Com a Emenda 21/2006, a Constituição paulista se mantém adequada à Carta de todos os brasileiros, o que é determinado pelo princípio da simetria (correspondência dos princípios normativos da União e dos entes federados)”, explicou o governador, lembrando ter sido membro da Assembléia Nacional Constituinte, em 1988.

Rodrigo Garcia ressaltou na ocasião que a atualização da Constituição Estadual fazia parte de um trabalho maior, o da Consolidação das Leis Paulistas, coordenado pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Cândido Vaccarezza (PT), e que con-

tava com o apoio dos poderes Executivo e Judiciário, do Ministério Público Estadual e da Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo (OAB-SP). O presidente citou ainda a participação do corpo técnico e da Procuradoria da Assembléia no trabalho.

“O Estado de São Paulo tem mais de 25 mil leis. Esse número mostra a necessidade de um grande esforço no sentido de revogar formalmente uma grande quantidade de leis que já tiveram sua revogação tácita”, afirmou Garcia, para quem até julho deste ano deverá estar concluído o trabalho de remoção da legislação ultrapassada: algo entre 11 mil e 12 mil leis.

### **A consolidação das leis paulistas**

Aprovados pelo plenário da Assembléia Legislativa no dia 13/12/2005, sete projetos de lei que propunham a revogação de cerca de 3.300 leis promulgadas entre 1891, início do período republicano, e 1937, quando os legislativos estaduais foram fechados, durante o Estado Novo, deram a partida no processo de consolidação da legislação paulista. Eles foram sancionados pelo governador no dia 30/1/2006, resultando nas Leis Estaduais 12.241 a 12.247, de 2006.

No dia 3/5/2006, foi enviado para apreciação do governador o Projeto de Lei 77/2006, propondo a revogação de cerca de 3 mil decretos-leis

editados de 1938 a 1947, período marcado pela Estado Novo. Dias antes, em 26/4, havia sido protocolado pela Comissão de Consolidação, formada pelos membros da Comissão de Constituição e Justiça e parlamentares de todas as bancadas, para apreciação e deliberação da Assembléia, o Projeto de Lei 224/06, que propõem a revogação de 1.703 leis estaduais promulgadas entre 1947 e 1952; 3ª etapa da consolidação.

O trabalho de consolidação continua. Declarar revogadas as normas que foram superadas – ou por novas leis ou por mudanças na sociedade – é uma parte da tarefa. Restar organizar as leis em vigor. A legislação válida será separada por temas, e cada conjunto temático será transformado em uma única lei.

“A segurança jurídica gerada com a consolidação da legislação poderá proporcionar um salto nos investimentos produtivos em São Paulo. A legislação concisa e clara referente a tributos, proteção ambiental, proteção ao consumidor, relações de trabalho e relações comerciais acarretará diminuição dos custos para as empresas, o que as incentiva a manter suas atividades no Estado”, afirma Cândido Vaccarezza (PT), presidente da Comissão de Constituição e Justiça. ■



**Deputados, autoridades e representantes da sociedade civil lotaram o plenário e a galeria da Assembléia Legislativa**



Cerimônia de inauguração  
do Espaço das Cidades

## Espaço das Cidades

**Um espaço de participação para os municípios  
na sede do Parlamento paulista**

*A inauguração do Espaço das Cidades na sede da Assembléia Legislativa sela o compromisso da Assembléia Legislativa com os municípios, criando canais permanentes de cooperação e aprimoramento democrático entre o legislativo estadual, os poderes públicos municipais e a sociedade civil no Estado de São Paulo*

Ao assumir o lema “O Poder do Cidadão” como bússola de sua gestão, a atual Mesa Diretora da Assembléia Legislativa sinalizou, de partida, para a importância dos municípios na implementação de seu programa de trabalho. “O município – seja pela proximidade em relação às pessoas, seja pela natureza de suas atribuições – é a instância de poder mais ao alcance do indivíduo, promovendo sua participação nos assuntos de interesse coletivo da sociedade. Favorecer essa proximidade é o caminho mais rápido para o fortalecimento do poder do cidadão”, declarou o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Rodrigo Garcia.

À esquerda espaço amplo para recepção. À direita terminal de consulta



Com efeito, o conceito de cidadania diz respeito, fundamentalmente, ao direito de participação das pessoas no processo decisório governamental. Esse envolvimento, por sua vez, é mais rico no campo decisório de âmbito municipal, tanto pela natureza dos serviços que estão na órbita de competência dessa esfera de governo, como pela relação direta dos cidadãos com tais serviços, notadamente os que integram o campo dos serviços sociais, também chamados serviços de primeira necessidade: educação, saúde, cultura, recreação, transportes, saneamento básico, previdência e assistência social. Os governos municipais são os grandes executores das políticas nacionais e regionais, além, obviamente, das locais. Cidadão, como a própria etimologia da palavra indica, é o habitante da cidade. É lá, no local em que vive, que ele tem um espaço coletivo de atuação mais nítido e facilmente identificável. E é lá que ele tem força para lutar pela universalização e melhoria da qualidade dos

serviços públicos, para trabalhar pelo desenvolvimento econômico, demandar por trabalho, emprego e renda, para exercer, enfim, seus direitos e deveres de cidadania. Os governos municipais são, ademais, os grandes executores das políticas nacionais e regionais, além, obviamente, das locais. Ao elevar o município à categoria de ente federativo, a Constituição de 88 propiciou a transferência de responsabilidades na prestação dos serviços públicos de primeira necessidade. O que antes figurava na esfera dos governos federal e estadual passou a ser municipal. Pela primeira vez com autonomia política, normativa, administrativa e financeira, o governo local tornou-se protagonista de peso no esforço de desenvolvimento nacional, encerrando um potencial de poder que não apenas merece, mas precisa ser ouvido, reconhecido, complementado e apoiado pelas outras esferas de governo, especialmente pelo Legislativo estadual, intérprete mais próximo de suas demandas junto ao Governo do Estado.

Foi da necessidade de se constituir um fórum especial para sediar os debates municipais, de complementar e apoiar os municípios nessa condição de poder e de responsabilidades definidas pela Constituição de 88 que nasceu a idéia de se criar o Espaço das Cidades, configurando um ambiente de participação multidimensional, multidisciplinar e multimídia no âmbito da Assembléia Legislativa. Um local para ser freqüentado, principalmente, por deputados da Casa, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e demais autoridades municipais, implantado em parceria com a União de Vereadores do Estado de São Paulo (Uvesp) e a Associação Paulista de Municípios (APM).

### A Estrutura

Instalado no andar monumental da Assembléia Legislativa, o Espaço das Cidades constitui-se de:

- um ambiente físico, a Sede, devidamente projetado para funcionar como apoio e atendimento de autoridades municipais;
- um espaço virtual, denominado Rede Legislativa, que configura uma



internet exclusiva (intranet) para os deputados e vereadores paulistas;

- lugar específico na programação da TV Assembléia, chamado Momento Municipal, para municípios que queiram divulgar atrativos, práticas bem-sucedidas e acontecimentos marcantes de suas histórias mais recentes.

### O Espaço

Com funcionamento das 8h às 20h, o espaço é composto por sala de recepção e espera, sala de expediente e administração, sala de reuniões e dois gabinetes de trabalho para uso exclusivo das autoridades municipais. O espaço cumpre dupla função:

- reúne informação relativa ao conjunto desse novo ambiente de participação (programa de eventos, cursos, debates, projetos em andamento, formalidades para participação, protocolos de adesão, solicitação de agendamentos etc.) em todas as modalidades – presencial, virtual e de TV;
- oferece infra-estrutura de apoio necessária para atendimento aos prefeitos, vice-prefeitos, vereado-

res e demais autoridades municipais quando em reuniões com deputados da Casa, com autoridades ligadas a outras instituições ou para consultas com especialistas em matéria legislativa da própria Assembléia Legislativa.

“As autoridades que nos visitam não ficam sem resposta. Caso tenham pré-agendado alguma reunião, ou o uso de um dos gabinetes, terão suas solicitações atendidas nas duas situações. Se estiverem visitando-nos pela primeira vez, receberão todas as informações necessárias para que tomem decisões relativas ao uso do Espaço, tais como procedimentos de reserva dos gabinetes, participação em eventos, assinatura de protocolo de adesão à Rede Legislativa, participação no programa da TV Assembléia destinado aos municípios, entre outras informações”, explica Maria Cecília Juliano Gomes Cruz, assessora da presidência, designada para o gerenciamento desse espaço de participação.

As instalações do novo local – móveis e equipamentos – foram patrocinadas pela Nossa Caixa. A título de cortesia, o visitante conta ainda com informações relativas a hospedagem e deslocamentos na cidade. Os contatos para reservas, agendamentos e informações devem ser feitos pelos telefones (0xx11) 3886-6049, 3886-6051 e 3886-6053 pelo e-mail [espacodas-cidades@al.sp.gov.br](mailto:espacodas-cidades@al.sp.gov.br).

### Rede Legislativa

A Rede Legislativa compreende a grande rede comunicacional que a Assembléia Legislativa pretende formar com as 645 câmaras de vereadores do Estado, atraindo a

participação dos 6.248 vereadores paulistas, tendo em vista o aprimoramento das atividades propositivas e fiscalizadoras dos legislativos municipal e estadual paulistas. O objetivo é estimular a interlocução entre vereadores e deputados estaduais, viabilizar a permanente troca de experiências e o entrosamento entre eles, e divulgar práticas bem-sucedidas que mereçam ser multiplicadas. A rede ainda pretende-se instrumento de transparência, configurando um portal de consulta e acompanhamento, aberto ao público.

“A Rede Legislativa vai resolver a grande dificuldade que os vereadores e prefeitos têm de se capacitar cada vez mais. Isso porque, com a Rede, tudo acontecerá em tempo real”, declarou Sebastião Misiara, presidente da Uvesp. “O Espaço das Cidades é um lugar privilegiado, no qual vereadores, prefeitos e vice-prefeitos podem encontrar respaldo para suas dúvidas”, acrescentou. De acordo com o vereador, “as duas instâncias – a Rede e o Espaço – demonstram que a Assembléia Legislativa de São Paulo realmente busca a capacitação dos agentes públicos para que, por meio deles, promova-se mais qualidade de vida para o cidadão nos municípios”. Dada sua configuração, a Rede cumprirá uma dupla função. De um lado, constituirá uma ferramenta de trabalho especializada. Isto é, funcionará como uma internet exclusiva para os 94 deputados estaduais e 6.248 vereadores municipais do Estado de São Paulo, criando canais de interatividade entre os participantes. De outro, servirá como instrumento de transparência do Legislativo estadual e municipal

junto à população, configurando-se como portal de consulta e acompanhamento aberto ao público.

O Instituto do Legislativo Paulista (ILP), responsável por sua concepção, desenho estrutural e gestão, administrará o exercício dessas funções.

### **Emissários do povo**

Os vereadores são os intérpretes mais próximos das necessidades e aspirações do cidadão. A Assembléia Legislativa parte da premissa de que eles não só representam os cidadãos do seu respectivo município como conseguem traduzir, em menor tempo, as suas mais urgentes necessidades.

Apoiá-los no desempenho de suas atividades expressa não só o respeito a esses importantes emissários, como estabelece um mecanismo de excelência na aferição da realidade da população do Estado, em sua dimensão local.

A existência de uma rede centralizadora, que torne disponível um banco de dados, além de outras ferramentas, para dar suporte ao trabalho dos vereadores paulistas, tomando para si a missão de divulgar recursos ou proposições criativas, colabora decisivamente para a excelência na execução do trabalho da vereança em suas respectivas Câmaras.

**Gabinete estruturado para os trabalhos das autoridades municipais, das 8h às 20h**



### **Suporte**

Como a Assembléia Legislativa atenderá as câmaras de vereadores? As Câmaras Municipais que queiram integrar-se à Rede deverão credenciar-se junto à Assembléia, assinando protocolo de adesão, conforme orientação disponível na sede do Espaço das Cidades.

As câmaras que ainda não possuem sites e profissionais capacitados para operar um sistema como esse terão a assistência total do ILP para montagem e instalação de suas páginas na internet, capacitação de pessoal para operação do sistema, e podem receber, em regime de comodato, um *kit* tecnológico completo para sua participação.

O ILP fará um mapeamento prévio, câmara a câmara, de modo a desenhar o suporte digital adequado a cada uma.

### **Modernização permanente**

Com a introdução desse novo projeto, que representa uma inovação na transferência do conhecimento, tanto na qualidade como na forma de comunicação com os legisladores municipais, a Assembléia Legislativa dá início a um processo de modernização permanente no âmbito do Poder Legislativo no Estado de São Paulo, considerando as esferas municipais e estaduais.

Pretende-se que empecilhos tradicionais como a distância e a falta de tempo sejam superados através da prática das novas tecnologias e da organização metódica do acervo de conhecimentos, e que o inovador serviço de atendimento on-line, em desenvolvimento, possibilite não só a resolução das principais demandas, mas também a aferição constante dos assuntos mais importantes que mobilizam a vereança do Estado.

### **Modelo para o País**

Vale lembrar que a Assembléia Legislativa já coloca à disposição, por meio de seu portal ([www.al.sp.gov.br](http://www.al.sp.gov.br)), material de referência para os legislativos municipais. Entretanto, em vista da diversidade e da complexidade dos fatores analisados (ambiente, transporte, habitação, desenvolvimento, tributação, etc.), há a exigência de constantes atualizações e expansão das fontes de consulta.

Em síntese, o monitoramento para eliminar ou reduzir grande parte de dúvidas ou dificuldades, e para potencializar a assimilação e utilização das informações, pretende ser o catalisador de grandes e rápidas transformações no Legislativo, beneficiando o desenvolvimento econômico e o bem-estar social de um grande contingente de pessoas.

Além disso, a Rede Legislativa será tanto mais eficiente e eficaz quanto mais for utilizada pelos vereadores. Com isso, a Assembléia Legislativa inscreve-se entre as instituições que buscam a disseminação fluente de conceitos e o aperfeiçoamento constante através da democratização do conhecimento, transformando sua própria instituição em modelo nacional e internacional de excelência na área pública. ■

## Restaurante-Escola ALESP

**Inclusão social com formação profissional e acesso ao mercado de trabalho – uma parceria da Assembléia Legislativa com a Prefeitura de São Paulo**



**José Serra e Rodrigo Garcia em cerimônia de assinatura do convênio que possibilitou implantação do Projeto Restaurante-Escola**

A Assembléia Legislativa inaugura fórmula de baixo custo e grande impacto no processo de inclusão social ao substituir os modelos usuais de concessão na exploração de serviços de alimentação em órgãos públicos pelo protótipo restaurante-escola.

A idéia foi lançada em agosto de 2005, a partir da assinatura de um convênio com a prefeitura de São Paulo. Hoje, é realidade. Desde 8 de março espaços que oferecem serviço de alimentação na Assembléia Legislativa de São Paulo, antes explorados por empresas privadas, são operados pelo Projeto Restaurante-Escola ALESP. A iniciativa treina jovens, entre 17 e 20 anos, em situação de vulnerabilidade social, e os capacita para o mercado de trabalho na área de gastronomia.

A oportunidade surgiu quando a Assembléia deveria promover licitação pública para que empresas do setor gastronômico se candidatassem a explorar a lanchonete ALESP e o Café São Paulo, que funcionam no andar Monumental do Palácio 9 de Julho. A experiência bem-sucedida do restaurante-escola na Câmara Municipal de São Paulo inspirou a Mesa Diretora do Legislativo paulista, que decidiu abraçar a idéia.

O espaço, equipamentos e mobiliário são fornecidos pela Casa. A prefeitura responde pelo fornecimento da bolsa-salário e por recursos para a formação prática e teórica dos jovens. Assim, foi firmado o convênio, que atende a uma necessidade da instituição e contribui para reduzir o abismo existente entre as classes sociais, provocado, principalmente, pela falta de acesso à capacitação profissional dos menos favorecidos. Segundo o Dieese, o número de desempregados entre 16 e 24 anos na cidade de São Paulo chega a 60%. As maiores barreiras impostas a esses jovens para ingressar no mercado de trabalho são a falta de formação técnica e experiência, exigidas pelas empresas. Nesse sentido, o projeto amplia suas chances, pois oferece condições reais para que recebam qualificação técnica e especializada, além de serem remunerados enquanto se formam.

**Jovens entre 17 e 20 anos têm aulas práticas na lanchonete da Assembléia Legislativa e no Café São Paulo. A experiência amplia suas chances de ingresso no mercado de trabalho**

**Abaixo à direita, cerimônia de assinatura do Protocolo de Intenções entre Afras e ALESP para parcerias no Projeto Restaurante-Escola**

A cada semestre, 60 jovens são treinados nos dois estabelecimentos, atendendo o público, interno e externo, que circula diariamente pelas dependências da Assembléia. A primeira turma receberá o certificado de conclusão do curso em três de julho. O número de alunos formados por semestre subirá para 135 a partir de 2007, quando o restaurante, que atende os funcionários da Assembléia, também passará a ser operacionalizado pelo projeto.

“Pode parecer, a princípio, uma iniciativa modesta, mas tem seu valor ao demonstrar que, com criatividade, é possível atender às necessidades da instituição, proporcionando um benefício social importante. O projeto atende jovens que, em sua maioria, buscam sua primeira oportunidade de emprego e a maior barreira que encontram é o desperpar e a falta de qualificação”, avalia o presidente Rodrigo Garcia.

### Profissão e cidadania

Os alunos do Projeto Restaurante-Escola ALESP participam de treinamento prático e teórico que leva em conta as várias funções que podem ser exercidas no setor gastronômico. A prefeitura de São Paulo confiou ao Instituto Mensageiros, uma ONG com foco na formação profissional de jovens, as aulas práticas para formar cozinheiros, baristas, garçons e atendentes de público. A Universidade Bandeirante de São Paulo (Uniban) responde pela formação teórica, realizada em sala especialmente montada pela Assembléia. Além do curso profissionalizante, os jovens ainda recebem formação complementar em português, matemática e cidadania. Segundo Eduardo Grazziano, presidente do Instituto Mensageiros, “mais do que formação profissional, esse jovem precisa resgatar a consciência de seu papel como cidadão e



sua importância na sociedade.”

“Com apenas três meses de funcionamento, os efeitos do curso já podem ser observados nos jovens que se mostram bem mais à vontade no trato com o público e na rotina de trabalho”, explica Roseli Marcondes, coordenadora do projeto. “Durante três dias, por exemplo, precisamos que o almoço fosse feito só pelos alunos, apenas sob a coordenação da professora. Em geral, temos uma cozinheira profissional, mas ela precisou se ausentar por motivo de saúde e os meninos deram conta do recado”, complementa.

### Ampliando horizontes

Como capacitação e inserção no mercado de trabalho compõem o foco central desse projeto, não há limite para a criatividade que proporcione novas alternativas de enriquecimento da formação desses jovens. Nesse sentido, eventos realizados por terceiros, dentro da Assembléia, já têm contado com a mão de obra da Lanchonete-Escola ALESP para fornecer o serviço de buffet. Nas reuniões, alunos são destacados para trabalhar ao lado de profissionais e, assim, participar de todo o processo, desde a preparação dos alimentos e arrumação das mesas até o serviço de atendimento.

Na medida em que aprendem, surgem novas oportunidades para que se tornem profissionais mais completos. Por meio de de uma parceria que está sendo firmada com o Hotel Intercontinental, os alunos poderão acompanhar de perto toda a rotina de trabalho na gastronomia de um cinco estrelas.

Ainda com vistas a oferecer a melhor formação, ao final do curso, os jovens que se destacarem na área

### Personagens dessa história

Apesar dos poucos recursos e de muita dificuldade, cada jovem que serve uma mesa, que prepara um lanche ou tira um café traz consigo uma história de vida a ser respeitada. São rapazes e moças determinados, que abraçaram a oportunidade de participar do Projeto Restaurante-Escola ALESP e batalham diariamente pelo seu sustento.

**Jacqueline de Souza**, 18 anos, soube do projeto por um anúncio no jornal. Sua maior preocupação era arrumar um emprego. Com a garra de quem passa, diariamente, duas horas e meia em um ônibus e mais meia hora caminhando para chegar à Assembléia, faz planos de um futuro melhor: “Assim que concluir o curso quero trabalhar para me especializar e ganhar mais experiência. Não parei para pensar se quero ser uma “chef” ou ter a minha lanchonete. Tudo isso seria bem interessante. Antes, eu tinha vontade, mas não levava a idéia tão a sério”. Para ela, o mais difícil é trabalhar com o público, “nem sempre você se expressa da maneira como o cliente gostaria”, comenta.

**Haroldo Vaz Messias Soares Junior**, 20 anos, fazia um curso de confeitaria quando

tomou conhecimento do projeto. Para ele, a profissionalização estava ligada à possibilidade de arrumar um emprego melhor e assim financiar sua carreira de ator. Mas, quando ingressou no projeto Restaurante-Escola ALESP, tudo mudou. “Descobri que queria fazer gastronomia a partir do curso, aqui na Assembléia. Estava certo que faria Artes Cênicas Agora, pretendo terminar esse programa, fazer faculdade para trabalhar com eventos e complementar com gastronomia. Quero ser um banqueteiro”, idealiza.

**Camila Cristina Monteiro**, 20 anos, trabalhava em uma lanchonete quando soube do projeto da ALESP. Já tinha planos de cursar a faculdade de gastronomia, mas sem experiência e especialização, enfrentava dificuldades para encontrar um emprego que lhe desse condições de financiar as altas mensalidades. Apesar disso, não hesitou em deixar o salário de R\$ 300 para ganhar menos, e conta que está valendo a pena: “Adoro o curso. Estão nos ensinando muita coisa. Saindo daqui, pretendo trabalhar no ramo e fazer faculdade de gastronomia e nutrição”, planeja.

de café serão convidados a fazer um treinamento-extra com um barista profissional. Assim, terão oportunidade de conhecer os diferentes tipos de grãos e suas aplicações em doces, sobremesas, sorvetes ou ainda em drinks variados. E para fechar o ciclo, que é oferecer a esses jovens a primeira oportunidade no mercado de trabalho, a Assembléia Legislativa deu um passo importante. No dia 24 de maio, assinou um Protocolo de Intenções com a Associação Franquia Solidária – AFRAS, entidade ligada à Associação Brasileira de Franchising, responsável por organizar, estimular e difundir prá-

ticas de responsabilidade social no setor. Pelo protocolo, a AFRAS deverá fazer a interface entre o Instituto Mensageiros e as empresas associadas para que possam contar com essa mão de obra em seus processos de seleção. No evento, estiveram presentes proprietários e diretores de franquias, que aderiram à idéia e se mostraram interessados em abrigar alunos do projeto em seus quadros funcionais. “A assinatura desse protocolo representa a celebração de uma grande parceria, firmada na responsabilidade social das entidades envolvidas”, declarou Beno Kri- vkin, presidente da AFRAS. ■



**TV Assembléia:** para a população acompanhar, entender e avaliar o trabalho legislativo

## Um canal de comunicação direta

**TV Assembléia amplia participação dos municípios em sua programação com vistas a fortalecer a integração estadual**

**TVALESP**  
o poder do cidadão

Para que serve uma TV Legislativa? Certamente essa pergunta ainda é feita pela maioria das pessoas, pouco mais de dez anos depois da criação da primeira tevê dedicada à cobertura dos trabalhos de uma Assembléia Legislativa. A pioneira foi a de Minas Gerais.

A de São Paulo foi criada em 1997 e, com interrupção por um curto período, foi ganhando corpo e expressão nos últimos anos.

A resposta à pergunta que abriu este texto ficou muito mais fácil de se dar nestes dois últimos anos, período em que a população buscou, nos canais dedicados à cobertura do Senado e da Câmara Federal, as informações sobre o que estava acontecendo no governo federal, em especial o desenrolar das CPIs: uma TV Legislativa serve para a população colher, direto da fonte, as informações que precisa sobre as decisões que afetarão o seu dia-a-dia, o presente e o futuro de nosso País. Para acompanhar, entender e avaliar o trabalho legislativo.

A televisão é parte integrante da vida das pessoas. A política também. Acompanhar o que acontece na Assembléia Legislativa de São Paulo pela TV Assembléia é uma oportunidade única para o cidadão paulista entender e conferir o trabalho daqueles que ele eleger para representá-lo nas instâncias de decisão legislativa. O que é feito. Como é feito.

Valorizar a política como a arte da negociação de interesses coletivos e fortalecer a cidadania através da maior participação e valorização dos mecanismos

democráticos são objetivos da TV Assembléia. Para tanto, leva ao ar, todos os dias, em 24 horas ininterruptas, uma programação voltada para a população do Estado, pelos canais 66 da TVA e 13 da NET e outras 66 retransmissoras com cobertura em todo o Estado de São Paulo.

Parte da programação é ao vivo, parte é gravada previamente, como os especiais e os documentários. Os temas importantes do momento; o que vem sendo debatido; os projetos apresentados; o que virou lei; as demandas da sociedade, os destaques culturais; os fatos do dia-a-dia que promovem alterações e estimulam mudanças e, importante destacar, o *Prestando Contas*, programa em que o presidente da Casa expõe à população o trabalho realizado e o que está sendo gestado pelo Parlamento de São Paulo, tem espaço garantido na programação.

Agora, a TV Assembléia abre espaço para que todas as cidades de nosso Estado divulguem seus atrativos através da programação. Com pequenos documentários, elaborados com foco jornalístico para divulgar e atrair turistas, abrimos portas para incrementar o intercâmbio dentro de nosso Estado.

A indústria do turismo é a que mais cresce no mundo. Ela se alimenta de atrações naturais, históricas, além de eventos culturais e esportivos, tudo

## O caminho para a TV aberta

As Assembléias Legislativas de todo o Brasil uniram-se num colegiado – o Colegiado de Chefes dos Poderes Legislativos Estaduais e do Distrito Federal –, presidido pelo deputado Rodrigo Garcia, presidente da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa de São Paulo. O propósito deste Colegiado é, de forma conjunta, achar a solução para as questões que lhes são comuns, juntando esforços para viabilizarem projetos que consideram primordiais para maior transparência do Poder Legislativo. A implantação de um canal legislativo em cada um dos Estados da Federação, para operar

no sistema aberto de televisão, é um destes anseios. Atualmente, o acesso é restrito aos assinantes de tv a cabo, o que se choca com o objetivo principal do projeto que fez nascer as tevês legislativas.

O encaminhamento desta questão está sendo feito junto ao Ministério das Comunicações e a outras instâncias federais envolvidas nesta decisão. Certamente ganharemos todos com esta maior abertura, facilitando a integração, inclusive, de todas as tevês legislativas brasileiras, criando uma rede de informação nacional direta entre todos os brasileiros.

isso condicionado a uma infra-estrutura de serviços adequada para acolher os turistas e gerar satisfação e bem-estar e à capacidade de divulgação, de *marketing*.

*Momento Municipal* é o nome dado a esse espaço em nossa programação. O primeiro contato, feito através de correspondência enviada a todos os prefeitos, já rendeu inúmeras respostas afirmativas sobre o interesse em participar e usufruir dessa oportunidade. Grandes ou pequenas, as cidades têm muito a divulgar. Muita história e cultura a partilhar! Esta também é uma função de uma TV Legislativa: integrar a população de um Estado em torno de suas riquezas, seus valores,

ajudando a consolidar uma identidade. A globalização, ao contrário do que se imaginava de início, revelou a necessidade de as pessoas fortalecerem sua identidade pessoal, familiar, regional. É a partir do que somos e do que temos que podemos contribuir e nos integrarmos a uma ação global.

O *Ação Regional* é outro programa voltado para as questões municipais. Em formato de mesa-redonda, tem o objetivo de reunir prefeitos, deputados e vereadores para discutir as soluções para problemas regionais.

A TV Assembléia transmite também, todos os sábados, o *Assembléia Popular*, um espaço aberto para a manifestação do cidadão.

Gravado às quartas-feiras, o programa abre o microfone por no máximo 10 minutos para cada participante, previamente inscrito. O telespectador, em casa, toma conhecimento do que diferentes cidadãos, gente como ele, estão pensando sobre determinado tema e sente-se estimulado a também participar e se manifestar.

Afinal, não é essa a alma da democracia? ■



Da esquerda para direita: deputados Geraldo Vinholi e Rodrigo Garcia, ministro das Comunicações Hélio Costa, deputado Fausto Figueira, senador Romeu Tuma e deputado Romeu Tuma Jr. após audiência, em Brasília, sobre TV Aberta

## Agora é lei

**Balanco do trimestre: 1.797 proposições apresentadas, 505 pareceres elaborados, 126 normas promulgadas**

<b>P C D O B</b>	E. CALDINI CRESPO	PEDRO TOBIAS	SINAO PEDRO
ANA MARTINS	MILTON VIEIRA	RICARDO TRIPOLI	VANDERLEI STRAQUE
IVALDO SANTANA	RODRIGO GARCIA	ROBERTO ENGLER	IDENTE CANDIDO
<b>P P</b>	<b>PL</b>	RODOLFO COSTA SILVA	<b>PTB</b>
ANTONIO SALIM CURIATI	ARTHUR ALVES PINTO	ROQUE BARBIERE	CAMPOS MACHADO
EDSON GOMES	SOUZA SANTOS	NOMARV CORRER	CONTE LOPES
<b>P R B</b>	<b>PMDB</b>	SIDNEY BERALDO	EDSON FERRARINI
MARIA ALMEIDA	BALEIA ROSSI	VANDERLEI MACKIS	MARCELO BUENO
<b>P S B</b>	GERALDO LOPES	URZ DE LIMA	PASCHOAL THOMEU
JONAS DONIZETTE	JORGE CARUSO	WAGNER GALUSTIANO	ROBERTO ALVES
MAURO MENUCCI	ROMEU TUMA	<b>PT</b>	UBIRATAN GUIMARAES
VALDOMIRO LOPES	<b>PPS</b>	ADRIANO DIOGO	WALDIR AGNELLO
VINICIUS CAMARINHA	ARNALDO JARDIM	ANA DO CARMO	<b>FU</b>
<b>P S C</b>	LUIS CARLOS GONDIM	ANTONIO FENTOR	AFONSO LOBATO
ADILSON BARROSO	MARQUINHO TORTORELLO	BETH SAHAI	GIBA MARSON
SAID MOURAD	FALMIRO MENUCCI	CANDIDO UCCAREZZA	PAULO SERGIO
<b>PDT</b>	ROBERTO MORAIS	CARLINHOS ALMEIDA	RICARDO CASTILHO
GERALDO VINHOLI	<b>PSDB</b>	CARLOS NEDER	SEBASTIAO BATISTA
JOSE BITTENCOURT	A. TURCO LOCO HIAR	DONISETE BRAGA	
JOSE DILSON	ANALICE FERNANDES	ENIO TATTO	
RAFAEL SILVA	CELIA LEAO	FRUSTO FIGUEIRA	
ROGERIO NOGUEIRA	CELINDO CARDOSO	HAMILTON PEREIRA	PRESEN 94
ZUZA ABDUL MASSIH	DUARTE NOGUEIRA	ITALO CARDOSO	AUSENTE 0
<b>PFL</b>	EDSON APARECIDO	JOSE ZICO PRADO	LICENC 0
AFANASIO JAZADJI	HAVANIR NIRTZ	MARIA LUCIA PRANDI	
ALDO DEMARCHI	JOSE C. STANGALINI	MARIO REALI	
EDMIR CHEDID	JORO CARAMEZ	RENATO SIMES	
ELI CORRER FILHO	MARIA LUCIA AMARV	ROBERTO FELICIO	
GERALDO DE GE TENUTA	MAURO BRAGATO	SEBASTIAO ALMEIDA	
GILSON DE SOUZA	ORLANDO MORANDO	SEBASTIAO ARCANJO	0542

No primeiro trimestre de 2006, resultaram dos trabalhos da Assembléia Legislativa a apresentação de 1.797 proposições, a elaboração de 505 pareceres e a promulgação de 126 normas, entre leis ordinárias, leis complementares, emendas à Constituição, resoluções e decretos legislativos (veja quadro). A principal norma promulgada no semestre foi a Lei 12.298, de 9/3/2006, que orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2006. O texto que se segue mostra exemplos de outras leis promulgadas no período, com destaque para aquelas oriundas de projetos dos deputados. [1]

### Apoio ao cooperativismo

Foi promulgada pelo governador, em 11 janeiro, lei que institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, definida como um conjunto de atividades exercidas pelo poder público e privado que venham a beneficiar direta e indiretamente o setor cooperativista na promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural, desde que reconhecido seu interesse público.

A origem da nova norma (Lei 12.226/2006) foi um projeto de autoria de vários deputados, o 269/2005. Assinaram a proposição os seguintes parlamentares: Arnaldo Jardim (PPS), Afonso Lobato (PV), Antonio Salim Curiati (PP), Baleia Rossi (PMDB), Campos Machado (PTB), Célia Leão (PSDB), Conte Lopes (PTB), Donisete Braga (PT), Edson Aparecido (PSDB), Edson Gomes (PP), Geraldo Vinholi (PDT), Giba Marson (PV), João Caraméz (PSDB), Jorge Caruso (PMDB), José Bittencourt (PDT), José Dílson (PDT), Maria Almeida (PRB), Milton Flávio (PSDB), Nivaldo Santana (PCdoB), Orlando Morando (PSDB), Palmiro Menucci (PPS), Paschoal Thomeu (PTB), Paulo Sergio (PV), Pedro Tobias (PSDB), Ricardo Castilho (PV), Ricardo Tripoli (PSDB), Roberto Morais (PPS), Rodolfo Costa e Silva (PSDB), Romeu Tuma (PMDB), Souza Santos (PL), Vinícius Camarinha (PSB), Vitor Sapienza (PPS) e Zuza Abdul Massih (PRP).

### Atividades de cibercafés são disciplinadas

Projeto de lei do deputado Vinícius Camarinha (PSB) sobre cibercafés foi sancionado pelo governador no dia 11 de janeiro, dando origem à Lei 12.228/2006. Com a sanção, os estabelecimentos comerciais de locação de

computadores e máquinas para acesso à internet, conhecidos como *lan houses* ou cibercafés, serão obrigados a exigir identidade, telefone e endereço dos usuários de suas máquinas. Terão ainda de deixar registrados os horários de uso dos equipamentos por até 60 meses, também passaram a ser proibidos nesses locais a venda e o consumo de bebidas alcoólicas e cigarros, além da utilização de jogos ou da promoção de campeonatos que envolvam prêmios em dinheiro.

### Violência doméstica ganha programa de prevenção

No dia 9 de fevereiro, foi sancionado pelo governador projeto de lei da deputada Ana Martins (PCdoB) propondo a criação de Programa de Prevenção à Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes. O PL da líder do PCdoB também foi assinado pelo deputado Nivaldo Santana. Ele já havia sido aprovado pela Assembléia em 2005, mas acabou sendo vetado pelo governador. No dia 23/12/2005, o veto foi derrubado pelo plenário da Assembléia, o que resultou na Lei 12.256/2006.

Na justificativa de sua proposição, a parlamentar escreveu que a violência doméstica praticada contra crianças e adolescentes é a face mais cruel da violência, já que ocorre dentro dos contornos daquilo que é chamado lar e é praticada exatamente por aqueles que deveriam oferecer e garantir proteção às crianças e adolescentes. Preço único para diplomas de faculdade

Desde fevereiro, as universidades privadas do Estado de São Paulo não podem cobrar mais que 5 Ufesp (na época R\$ 69,65) pela emissão de diplomas. A Lei 12.248, de 9/2/2006, que determina essa limitação, é

oriunda de projeto do deputado Donisete Braga (PT) que havia sido vetado pelo governador em 2001. Os estudantes também estão livres de pagar pelo certificado de conclusão do curso. Esta é a novidade do ano letivo, um incentivo aos jovens que estão cursando o ensino superior e já pagam mensalidades caríssimas, explicou o parlamentar.

A lei também determina que a emissão do histórico escolar não poderá custar mais que 30% do valor do diploma. O Estado de São Paulo têm 516 instituições de ensino superior privadas com registro

### Balanco das atividades legislativas do 1º trimestre de 2006 Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Proposições apresentadas	
Projeto de lei ordinária	124
Projeto de lei complementar	19
Proposta de emenda à Constituição	1
Projeto de resolução	10
Projeto de decreto legislativo	45
Moção	17
Requerimento	810
Requerimento de informação	66
Indicação	427
Emenda de pauta	269
Emenda de plenário	0
Emenda aglutinativa	1
Substitutivo	8
<b>Total</b>	<b>1.797</b>

### Pareceres elaborados

Parecer	505
---------	-----

### Normas promulgadas

Lei ordinária	119
Lei complementar	4
Emenda à Constituição	1
Resolução	1
Decreto legislativo	1
	126

no Ministério da Educação (MEC). Segundo o deputado, algumas chegavam a cobrar mais de R\$ 500,00 pela emissão do documento.

### Lei incentiva a cultura

O governador Geraldo Alckmin promulgou no dia 20 de fevereiro lei que cria o Programa de Ação Cultural (PAC), que tem como objetivo apoiar e patrocinar a renovação, o intercâmbio, a divulgação e a produção artística e cultural do Estado de São Paulo. O PAC também irá preservar e difundir o patrimônio e a diversidade culturais, apoiar pesquisas e projetos de formação, bem como patrocinar a preservação e a expansão dos espaços de circulação da produção nessa área, explicou o deputado Pedro Tobias (PSDB) na ocasião.

O deputado peessedebista revelou ainda que o PAC (Lei 12.268/2006) será constituído por três diferentes receitas: recursos orçamentários do Tesouro estadual; Fundo Administrativo de Cultura, já existente, que contará com receitas próprias; e incentivo fiscal, que permitirá que se busque o apoio da iniciativa privada. As empresas que apoiarem a produção cultural poderão deduzir os va-

lores investidos até o máximo de 3% do ICMS devido. O total do incentivo será limitado a 0,2% da arrecadação anual do Estado com esse tributo.

### Empresas que praticam pirataria serão cassadas

Projeto de lei de autoria do deputado Orlando Morando (PSDB) resultou na lei que dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual ou Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) de estabelecimentos que comercializem produtos falsificados, contrabandeados ou de origem duvidosa.

Pela nova Lei 12.279, de 21/2/2006, o consumidor poderá denunciar o local que suspeitar conter produtos não legalizados. O estabelecimento poderá ter sua inscrição do ICMS cassada. Com isso, o proprietário será impedido de exercer atividade no mesmo ramo, ainda que em estabelecimento distinto daquele, e será proibido de entrar com pedido de inscrição de nova empresa no mesmo ramo de atividade.



**Proibição de assédio moral na administração pública já é lei: o projeto que deu origem à nova norma (Lei 12.250/06) é do deputado Antonio Mentor**

### Lei incentiva turismo para idosos

Foi sancionado pelo governador, em 21 de fevereiro, projeto de lei de autoria do deputado Giba Marson (PV) propondo o fomento de atividades turísticas específicas para pessoas com mais de 60 anos. Com a Lei 12.271/2006, as políticas públicas do Estado poderão prever o estímulo às empresas ligadas ao turismo no Estado para operar com produtos e serviços voltados para pessoas da terceira idade.

Para Giba Marson, o turismo para o idoso deverá ser parte integrante da política de desenvolvimento turístico do Estado. Além de favorecer o envelhecimento saudável, com qualidade de vida, respeito e dignidade, o projeto também tem como finalidade a geração de emprego e renda nas mais variadas regiões do Estado.

### Mutuário da CDHU já pode vender imóvel

O governador promulgou, no dia 21 de fevereiro, lei que permite a venda de imóveis da CDHU pelos mutuários que já tenham realizado o pagamento de parcelas referentes a dois anos do contrato. A norma (Lei 12.276/2006), oriunda de projeto de lei do deputado Rafael Silva (PDT), determina que quem adquirir o imóvel assumirá contratualmente o compromisso de dar continuidade ao contrato.

Para o parlamentar ribeirão-pretano, era necessária uma mudança no sistema da CDHU, considerando que os prazos dos financiamentos são longos e que, por vários motivos, o mutuário pode precisar vender seu imóvel. A incompatibilidade com vizinhos, problemas de saúde, dificuldades financeiras ou transferência de emprego do titular do financiamento ou de familiares podem obrigar o mutuário a ter que vender o imóvel.

### Lei dispõe sobre preços de casas noturnas

Foi sancionado pelo governador, no dia 21 de fevereiro, projeto de lei do deputado Said Mourad (PSC) propondo a obrigatoriedade da colocação de placas informativas com os valores do *couvert* artístico e de ingresso nas casas noturnas que tenham música ao vivo ou eletrônica. A lei resultante da sanção recebeu o número 12.278/2006.

Partimos do pressuposto de que o consumidor tem o direito de saber, previamente, qual o valor a ser pago caso queira frequentar um estabelecimento dessa natureza, justificou o deputado em seu projeto. Normalmente o que ocorre na maioria das casas noturnas é que o consumidor só toma conhecimento do valor que pagará depois de ter estacionado seu carro e entrado no estabelecimento.

### Proibida a pesca em locais frequentados por banhistas

Foi sancionado pelo governador, em 22 de fevereiro, projeto de lei propondo alteração no Código de Pesca e Aqüicultura. Segundo a lei oriunda da sanção (Lei 12.285/2006), o artigo 14 do código (Lei 11.165, de 27/6/2002) passou a vigorar acrescido de mais um inciso, com a seguinte redação: VIII em locais que causem embarço aos banhistas, no período de férias e feriados.

A inclusão desse inciso é creditada pelo autor do projeto que deu origem à lei, deputado Ubiratan Guimarães (PTB), à ausência tanto na legislação federal quanto na estadual de dispositivo que discipline expressamente a pesca em locais frequentados por banhistas. Por falta de norma expressa, justificou o deputado em seu projeto, alguns pescadores, normal-

mente amadores, pescam em locais frequentados por banhistas, causando transtornos e até mesmo acidentes. Isso ocorre com maior frequência em épocas de férias e feriados, quando a presença de banhistas nas praias paulistas é mais elevada.

### Braile em livros pedagógicos

Projeto do deputado Edson Gomes (PP) dispoendo sobre a impressão em linguagem braile de livros pedagógicos no Estado de São Paulo agora é lei. Pela nova norma (Lei 12.295, de 7/3/2006), os autores das obras utilizadas pela rede pública de ensino devem fornecer à Secretaria da Educação cópia do texto integral do material a ser utilizado pelo aluno, para que o Estado autorize sua impressão em braile.

O projeto de Edson Gomes foi inspirado numa solicitação do pai de uma criança portadora de deficiência visual, Clóvis Aparecido Romaqueli. Apesar de seu filho estar integrado a um programa para alunos portadores de deficiência visual, ele constatou que em escolas públicas estaduais há muita dificuldade para conseguir das editoras material na linguagem braile.

### Instituída política estadual de resíduos sólidos

Foi promulgada pelo governador, no dia 16 de março, a Lei 12.300/2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, aglutinando questões atuais da gestão integrada do lixo. A norma estabelece ainda um elo com as políticas estaduais de saneamento, de recursos hídricos, de saúde pública e de meio ambiente. A sanção ocorreu com vetos.

A lei é oriunda do Projeto de Lei 326/05, de autoria do deputado Arnaldo Jardim (PPS) e outros, e resultado

de dois anos de discussões com empresas, ONGs, órgãos públicos, pesquisadores e sociedade civil organizada. O grupo de trabalho responsável pela elaboração do anteprojeto foi coordenado pelo deputado Arnaldo Jardim (PPS) e teve a relatoria do deputado Rodolfo Costa e Silva (PSDB). Para Arnaldo Jardim, o grupo de trabalho, que teve ainda a participação dos deputados Donisete Braga (PT), Jorge Caruso (PMDB), Giba Marson (PV), Luis Carlos Gondim (PTB), Eli Corrêa Filho (PFL) e Orlando Morando (PSDB), também autores do projeto, conseguiu, em meio à ausência de uma política nacional, colocar São Paulo na vanguarda das discussões sobre o tema.

Entre as disposições da Lei 12.300 está a criação do Fundo Estadual de Resíduos Sólidos, que deverá financiar projetos de reciclagem nos municípios e promover a participação da sociedade, com a possibilidade de conceder incentivos fiscais e tributários, além de fomentar a pesquisa e a implementação de novas tecnologias ecologicamente sustentáveis. ■

[1]Para conhecer mais normas promulgadas no período: 1) entre no portal da Assembléia ([www.al.sp.gov.br](http://www.al.sp.gov.br)); 2) clique em "Processo Legislativo" e depois em "Proposições (projetos)"; 3) clique em "Normas (projetos aprovados e promulgados)"; 4) escolha um tipo de norma (lei, por exemplo); 5) digite as datas inicial e final do período que pretende consultar (por exemplo: de 01/01/2006 a 31/03/2006); e 6) clique em "Pesquisar". Uma lista de leis promulgadas no período será apresentada, com "links" para: a) os textos da lei e do projeto de lei que lhe deu origem; b) o andamento do projeto de lei até a promulgação da lei; e c) os anexos ao projeto de lei (emendas, pareceres, autógrafos e outros).

## Legislativo empossa Cláudio Lembo no cargo de governador

Para o deputado Rodrigo Garcia, a escolha da Assembléia como cenário para a cerimônia de posse é símbolo forte de respeito à democracia



Ao lado dos membros da mesa diretora da Alesp e do presidente do Tribunal de Justiça, Cláudio Lembo assina o livro

A cerimônia de posse de Cláudio Lembo como Governador de São Paulo reuniu diversas lideranças políticas do Estado e do país. Gilberto Kassab compareceu como vice-prefeito da capital paulista, já que sua posse como prefeito dependia ainda do posicionamento oficial de José Serra como candidato ao governo do Estado. “Vim à cerimônia como representante do prefeito José Serra e companheiro de Lembo”, afirmou. Elogiado por Cláudio Lembo em seu discurso de posse, Kassab explicou que o reconhecimento era devido à sua atuação como coordenador da reformulação do PFL no Estado. “A posse de Cláudio Lembo nos deixa muito orgulhosos, pois dá seqüência ao excelente trabalho desenvolvido por Geraldo Alckmin”, disse.

Para o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), presidente nacional do partido, as posses de Lembo e de Kassab são a continuidade administrativa dentro de um programa aprovado pelos paulistas e que vem dando certo, como sinalizam as avaliações positivas dos governos de Geraldo Alckmin e do prefeito José Serra. O ex-vice-presidente da República e senador pelo PFL Marco Maciel afirmou que a posse de ambos é fato de grande importância para o Estado.

A escolha da Assembléia como cenário para a cerimônia de posse do novo governador foi destacada pelo presidente da Casa, deputado Rodrigo Garcia (PFL), considerando-a um símbolo muito forte de respeito à democracia. “O partido foi eleito nas urnas em 2002, quando a população elegeu Geraldo Alckmin governador e Cláudio Lembo vice. Foi uma chapa democrática, eleita pela maioria dos paulistas”, disse.

Também estiveram presentes à posse de Lembo o deputado federal Rodrigo Maia; o senador Romeu Tuma; o secretário Lars Graell; o secretário Mauro Arce; o presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Roberto Tripoli; o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo; e o deputado federal Thomas Nonô. ■



## Discurso das quatro dimensões

Discurso de posse  
Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo  
31 de março de 2006

*Prometi solenemente cumprir a Constituição.*

*Obriguei-me a preservar o Estado de Direito.*

*Quem se submete à Constituição e compromete-se a manter o Estado de Direito sabe que assume, perante esta Casa, o parlamento dos paulistas, deveres irrevogáveis e obrigações irreversíveis.*

*Os direitos naturais das pessoas, em suas quatro dimensões, encontram-se entre estes deveres e obrigações ora assumidos.*

*Na primeira dimensão dos direitos naturais das pessoas, encontram-se os direitos liberais clássicos.*

*Estes proclamam a autonomia de cada pessoa e a importância da liberdade para o progresso individual e da comunidade.*

*Os direitos de liberdade impedem a autoridade de agir sem limites e, assim, ofender as pessoas e seus atributos.*

*Prometo preservá-los e cumpri-los.*

*Os direitos liberais históricos soam como palavras ocas, sem a presença da segunda dimensão dos direitos das pessoas.*

*Esta segunda dimensão contempla os direitos sociais.*

*Estes permitem que a igualdade entre as pessoas não se apresente como mera fórmula vazia.*

*Os direitos sociais possibilitam a todos o acesso aos bens necessários à subsistência individual, das famílias e das entidades familiares.*



**Executivo, Legislativo e Judiciário: os três poderes numa celebração da democracia**



*São direitos de prestação do Estado. Prometo torná-los eficazes, na medida das possibilidades.*

*A terceira dimensão dos direitos naturais da pessoa arrola os direitos coletivos e difusos. São os direitos de grupos determinados ou da universalidade de pessoas.*

*Os direitos de todas as pessoas apontam para os bens da natureza, do patrimônio histórico e cultural comum.*

*Prometo acatá-los e tê-los como preocupação permanente.*

*A quarta e ultima dimensão dos direitos naturais das pessoas remonta à idéia de fraternidade e invoca a exigência de solidariedade, dois elementos essenciais para a vida e a criação de laços indispensáveis à sadia convivência social.*

*Prometo incentivá-los e cooperar para a sua efetiva inserção em nossas práticas cidadãs.*

*Poucos serão os meses de minha presença como governador do Estado.*

*Uma ação firme e decidida, neste espaço de tempo, pode servir de estímulo a todos os brasileiros de São Paulo a compreenderem, ainda com maior intensidade, a importância de viver em um efetivo Estado de Direito.*

*o Estado de Direito, a par de contemplar os direitos naturais das pessoas, como cerne de sua própria concepção, traz ainda em sua arquitetura a exigência dos três poderes clássicos.*

*Prometo a esta Assembléia Legislativa respeito e acatamento às suas funções fiscalizadoras e geradoras de normas legais.*

*Prometo ao Poder Judiciário submissão a suas decisões finais e a reverência devida a seus integrantes.*

*Aos brasileiros de São Paulo peço a diuturna opinião e análise dos meus atos como cidadão e administrador publico.*

*Daqui a dezembro, minha dedicação às tarefas do Estado será plena. Sucedo a um administrador, o governador Geraldo Alckmin, que pautou seu governo por profundo respeito à lei e à ética. Seu exemplo é indelével e perdurará, na História de São Paulo, em registro maiusculo.*

*Ainda e por derradeiro, porque creio nos postulados da democracia, prometo servir com abnegação e firmeza a São Paulo.*

*Obrigado.*

**Cláudio Lembo**

Governador do Estado de São Paulo

## Palco legislativo

Formadas para discutir e apreciar projetos de lei, emendas e outras proposições, as 23 Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo – mais o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e a Corregedoria Parlamentar – representam, hoje, o grande palco da atuação do Legislativo estadual. Nelas é que são discutidas as idéias, debatidas as contradições, exercitado o conhecimento e a criatividade construtiva.



**Comissão de Meio Ambiente: parlamentares se reúnem com a presença de manifestantes**

Em 2005, a importância desses grupos de trabalho ficou clara nas 416 reuniões realizadas – incluindo as 49 audiências públicas ocorridas nas regiões de Governo com a participação dos cidadãos –, e nas mais de 840 horas de debates sobre temas de interesse da sociedade paulista. Esse empenho continua em 2006. Conheça algumas das atividades desenvolvidas pelas comissões nos primeiros meses deste ano.

# Comissão de Administração Pública

Projeto de lei complementar	8
Projeto de lei	12
Moção	1
Processo	1

**Compete à Comissão de Administração Pública opinar a respeito de: proposições e assuntos relativos aos servidores públicos civis e seu regime jurídico; provimento de cargos públicos, estabilidade, aposentadoria; criação, extinção ou transformação de cargos, carreiras ou funções; e organização ou reorganização de repartições da administração direta ou indireta aplicadas a esses fins.**

## Presidente

Rosmary Corrêa [PSDB]

## Vice-Presidente

Paulo Sergio [PV]

## Membros Efetivos

Edmir Chedid [PFL]

Edson Ferrarini [PTB]

Roberto Felício [PT]

Sebastião Almeida [PT]

Wagner Salustiano [PSDB]

## Membros Substitutos

Aldo Demarchi [PFL]

Beth Sahão [PT]

Célia Leão [PSDB]

Edson Aparecido [PSDB]

Ricardo Castilho [PV]

Simão Pedro [PT]

Ubiratan Guimarães [PTB]

Entre os temas discutidos nas diversas reuniões da comissão para analisar projetos que estavam em sua pauta, destaca-se a convocação do secretário da Segurança

Pública e do comandante-geral da Polícia Militar para prestar esclarecimentos sobre a suspensão das licenças-prêmios dos policiais militares. ■



**A deputada Rosmary Corrêa preside reunião que determinou convocação do secretário da Segurança Pública para prestar esclarecimento**

# Comissão de Agricultura e Pecuária

Projeto de lei	2
Moção	1
Processo	1

**É de competência da Comissão de Agricultura e Pecuária manifestar-se a respeito de proposições e assuntos relativos à agricultura, à pecuária e à economia agrícola em geral, bem como à organização ou reorganização de repartições da administração direta ou indireta aplicadas a esses fins.**

## Presidente

Beth Sahão [PT]

## Vice-Presidente

Adilson Barroso [PSC]

## Membros Efetivos

Duarte Nogueira [PSDB]

João Caraméz [PSDB]

José Zico Prado [PT]

Roberto Alves [PTB]

## Membros Substitutos

Edson Aparecido [PSDB]

Hamilton Pereira [PT]

Ricardo Tripoli [PSDB]

Simão Pedro [PT]

Waldir Agnello [PTB]

**A deputada Beth Sahão presidente da comissão, preside reunião que discutiu questões relativas à atividade leiteira no Estado**

Criar um fundo estadual do leite para tornar a atividade leiteira sustentável e convidar técnicos da Secretaria da Fazenda e representantes da indústria de laticínios paulista para tratar da redução da alíquota do ICMS sobre o produto foram decisões tomadas pelo grupo de trabalho da comissão.

Dando continuidade às reuniões que vêm ocorrendo desde o ano passado, o órgão reuniu-se, no início de fevereiro e em meados de março, com representantes do setor de leite e derivados para discutir problemas que afetam a produção em São Paulo. Entre os temas discutidos, a guerra fiscal e a queda no preço de forma fraudulenta, com a adição de soro ao leite por parte de algumas empresas. Dessa forma, elas conseguiriam baixar o preço final e, por consequência, o que é pago aos produtores.

Outra questão debatida – e destacada de forma unânime pelos presentes às reuniões da comissão, diz respeito às alterações propostas na Lei 4.957/98, que trata da regularização de áreas de assentamento e institui o plano de valorização das terras públicas por meio da exploração agropecuária. Para tanto, são previstas duas etapas: a primeira, experimental, adapta o trabalhador rural selecionado e lhe outorga a permissão para o uso da terra. Na segunda, e definitiva, o trabalhador recebe a concessão para o uso da terra após avaliação sobre o cumprimento do projeto desenvolvido na primeira etapa. A polêmica em torno do assunto deve-se ao fato de que o proprietário das áreas continua sendo o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). O deputado José Zico Prado (PT) sugeriu a constituição de um grupo de trabalho – com a participação dos assentados, dos movimentos sociais, de parlamentares, da Secretaria e do Itesp – para aprofundar estudos que indiquem as modificações necessárias. Os assentados defenderam que a posse definitiva dos lotes seja deles.

A responsabilidade exclusiva da União para efeito de reforma agrária foi outro ponto discutido pelos presentes. ■



# Comissão de Assuntos Internacionais

À Comissão de Assuntos Internacionais cabe emitir julgamento acerca de proposições e temas relativos aos assuntos internacionais.

## Presidente

Arnaldo Jardim [PPS]

## Vice-Presidente

Ricardo Castilho [PV]

## Efetivos

Antonio Salim Curiati [PP]

José Carlos Stangarlini [PSDB]

Arnaldo Jardim [PPS]

Renato Simões [PT]

Souza Santos [PL]

Vanderlei Macris [PSDB]

Vanderlei Siraque [PT]

## Substitutos PT

Arthur Alves Pinto [PL]

Caldini Crespo [PFL]

Cândido Vaccarezza [PT]

Célia Leão [PSDB]

Ítalo Cardoso [PT]

Pedro Tobias [PSDB]

Rosmary Corrêa [PSDB]

Sebastião Machado [PV]

Nesse sentido, o grupo deve ainda fomentar a integração das representações consulares, sediadas no Estado, com a população paulista; implementar programas e gerar ações conjuntas com os Poderes Legislativos de âmbito estadual ou regional dos países do Mercosul, tendo em vista um fim comum; apoiar iniciativas que promovam entendimentos e intercâmbios com outros países, em especial os de língua portuguesa,

bem como com organizações com atuação internacional; divulgar as iniciativas do Fórum Parlamentar de Assuntos Latino-Americanos; acompanhar o cumprimento de tratados, convenções e acordos internacionais no âmbito do Estado; apoiar processos de integração globalizada; desenvolver estudos, debates e pesquisas relativos à preservação da história, memória e influências culturais das nações. ■



Deputados Arnaldo Jardim e Ricardo Castilho

# Comissão de Assuntos Metropolitanos

Projeto de lei complementar	1
Projeto de lei	3

**A Comissão de Assuntos Metropolitanos foi criada para emitir parecer sobre proposições e assuntos relativos a áreas metropolitanas, assim como à organização ou reorganização de repartições da administração direta ou indireta aplicadas a esses fins.**

## Presidente

Anna Martins [PC do B]

## Vice-Presidente

Paulo Sergio [PV]

## Membros Efetivos

Celino Cardoso [PSDB]

Edmir Chedid [PFL]

Ítalo Cardoso [PT]

Marcelo Bueno [PTB]

Mário Reali [PT]

## Substitutos

Antonio Mentor [PT]

Eli Corrêa Filho [PFL]

Giba Marson [PV]

João Caraméz [PSDB]

Nivaldo Santana [PCdoB]

Sebastião Almeida [PT]

Reunida em 15 de março, com a presença do presidente da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. (Emplasa), Marcos Camargo Campagnone, a Comissão discutiu o calendário das audiências públicas que deverão aprofundar as discussões sobre o Projeto de Lei Complementar 06/2005, que irá reorganizar a Região Metropolitana de São Paulo. A deputada Anna Martins, presidente da comissão, propôs que as reuniões para debater o assunto sejam realizadas mesmo que o órgão não tenha recebido o PL, ainda sob apreciação da Comissão de Assuntos Municipais. Os municípios sugeridos para se-

diar os encontros foram Guarulhos, Osasco, Taboão da Serra, Santo André (ou Diadema), Caieiras e, por último, São Paulo, que aglutinaria todas as propostas apresentadas nas audiências anteriores.

A Comissão ainda participou, em 16 de março, do lançamento da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento Sustentado dos Municípios do Alto Tietê, coordenada pelo deputado Donisete Braga (PT). Na ocasião, a presidente da comissão afirmou que a região necessita de alternativas, de opções de emprego que garantam condições de vida para seus habitantes com a preservação do meio ambiente. ■

**Deputada Ana Martins, presidente da comissão, e deputado Paulo Sergio, vice-presidente**



# Comissão de Assuntos Municipais

Projeto de lei complementar	1
Processo	4

À Comissão de Assuntos Municipais compete arbitrar sobre propostas e assuntos de divisão territorial administrativa do Estado, bem como sobre todos os assuntos diretamente relacionados com os municípios, salvo os relativos especificamente à Comissão de Assuntos Metropolitanos; e sobre a organização ou reorganização de repartições da administração direta ou indireta aplicadas a esses objetivos.

## Presidente

Ubiratan Guimarães [PTB]

## Vice-Presidente

Vago

## Membros Efetivos

Ana do Carmo [PT]

João Caraméz [PSDB]

Maria Lúcia Amary [PSDB]

Renato Simões [PT]

Vinícius Camarinha [PSB]

## Membros Substitutos

Analice Fernandes [PSDB]

Gilson de Souza [PFL]

Jonas Donizette [PSB]

José Zico Prado [PT]

Mário Reali [PT]

Vanderlei Macris [PSDB]



**Deputado Ubiratan Guimarães, presidente da comissão**

Entre as diversas sugestões incluídas em sua pauta de trabalhos, a Comissão de Assuntos Municipais analisou o Projeto de Lei Complementar 6/2005, que visa reorganizar a Região Metropolitana de São Paulo. De autoria do Executivo, a proposição autoriza o governo do Estado a instituir o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo e a

criação de entidade autárquica. O projeto seria discutido em audiências públicas descentralizadas. A medida envolveria a participação de 39 municípios, além de representantes do Executivo, empresários, sindicalistas, ambientalistas e membros de movimentos sociais. Os deputados pretendiam que o debate sobre o tema seja feito com base no Estatuto das Cidades. ■

# Comissão de Constituição e Justiça

projeto de emenda à constituição	1
Projeto de lei complementar	31
Projeto de resolução	16
Mocção	2

## Presidente

Cândido Vaccarezza [PT]

## Vice-presidente

Giba Marson [PV]

## Membros Efetivos

Analice Fernandes [PSDB]

Baleia Rossi [PMDB]

Conte Lopes [PTB]

Donisete Braga [PT]

Milton Vieira [PFL]

Roberto Morais [PPS]

Vinícius Camarinha [PSB]

## Membros Substitutos

Afonso Lobato [PV]

Arnaldo Jardim [PPS]

Campos Machado [PTB]

Edmir Chedid [PFL]

Edson Aparecido [PSDB]

Enio Tatto [PT]

Ítalo Cardoso [PT]

Jonas Donizette [PSB]

Romeu Tuma [PMDB]

**Em meados de fevereiro, a Assembléia Legislativa promulgou emenda para atualizar a Constituição paulista e harmonizá-la com mudanças da Carta Magna federal. Tratava-se de um dos resultados de um trabalho maior, o de consolidação das leis paulistas, no qual vem tomando parte a Comissão de Constituição e Justiça, com a colaboração dos poderes Executivo e Judiciário e de diversas entidades da sociedade civil.**

O propósito da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) é manifestar-se a respeito de todos os assuntos quanto ao aspecto constitucional, legal e jurídico, e quanto ao mérito das proposições, nos casos de:

1. reforma da Constituição;
2. Poder Judiciário;
3. Ministério Público;
4. licença ao governador para interromper o exercício das suas funções ou ausentar-se do Estado;
5. declaração de utilidade pública de associações civis.

Dentre os trabalhos desenvolvidos pelo órgão, destaca-se sua atuação na renovação da Constituição paulista. Em meados de fevereiro, a Assembléia Legislativa promulgou emenda para atualizar a Carta e harmonizá-la com as mudanças da Lei Maior federal. Tratava-se de um dos resultados de um trabalho mais amplo: o de consolidação das leis

paulistas, do qual faz parte a comissão, com a colaboração dos poderes Executivo e Judiciário e de diversas entidades da sociedade civil.

O esforço de consolidação insere-se na perspectiva de dar maior clareza e unidade ao conjunto da legislação em vigor. Nesse sentido, os projetos apresentados pela Comissão de Consolidação propunham a revogação de cerca de 3.300 leis, publicadas entre 1891 e 1937. Em fevereiro, o então governador Geraldo Alckmin promulgou as leis que revogavam a legislação já superada.

Outra das propostas mais importantes que tramitaram pela CCJ foi o projeto de lei complementar que trata da reorganização da Região Metropolitana de São Paulo. Com parecer favorável da comissão, o projeto cria conselho e fundo de desenvolvimento regional, entre outras medidas. ■

**Cândido Vaccarezza, presidente, e Giba Marson, vice-presidente da comissão**



# Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia

Projeto de lei complementar	1
Projeto de lei	20
Mocção	1

**À Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia compete manifestar-se a respeito de proposições e assuntos referentes à cultura, inclusive artística, à ciência e à tecnologia, bem como à organização ou reorganização de repartições da administração direta ou indireta relacionadas a esses fins.**

## Presidente

Célia Leão [PSDB]

## Vice-Presidente

Vago

## Efetivos

Adriano Diogo [PT]

Jonas Donizette [PSB]

Maria Lúcia Amary [PSDB]

Souza Santos [PL]

Vicente Cândido [PT]

## Substitutos

Arthur Alves Pinto [PL]

Carlos Neder [PT]

Hamilton Pereira [PT]

José Carlos Stangarlini [PSDB]

Marcelo Bueno [PTB]

Vanderlei Macris [PSDB]

Vinícius Camarinha [PSB]

Em março, a comissão recebeu o secretário João Carlos Meirelles, da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, que fez uma exposição para os deputados sobre o Projeto de Lei Complementar (PLC) 4/2006, encaminhado à Casa pelo governo do Estado em janeiro deste ano. O PLC, que já é conhecido como Projeto de Lei da Inovação Tecnológica, cria mecanismos que incentivam a apli-

cação do conhecimento científico no setor produtivo, aproximando-o das universidades e centros de pesquisa. Para isso, institui o Sistema Paulista de Parques Tecnológicos, situados em áreas circunvizinhas de universidades e institutos de pesquisa.

Segundo o secretário-adjunto, Fernando Menezes, o projeto tem quatro aspectos que merecem destaque. Primeiro, o apoio do governo paulista às instituições de ciência e tecnologia – sobretudo as universidades e institutos de pesquisa públicos, com regras para a parceria entre estes e a iniciativa privada – objetivando a transferência de conhecimento para a aplicação no setor produtivo. Segundo, o estímulo ao pesquisador, com novas relações que permitem que o funcionário se afaste de suas funções para ele mesmo criar um empreendimento, tendo o Estado como detentor dos direitos e parceiro. Terceiro, incentivo ao inventor independente, através de premiações e outros mecanismos, para que desenvolva projetos e invenções. E quarto, o estímulo à participação das empresas, com aporte inicial de recursos por meio de fundos de capital empreendedor (venture capital). ■



**Célia Leão preside reunião sobre o Projeto de Lei da Inovação Tecnológica**

# Comissão de Defesa do Meio Ambiente

Projeto de lei	4
Moção	1

**Compete à Comissão de Defesa do Meio Ambiente opinar sobre proposições e assuntos relativos à defesa do meio ambiente, bem como à organização ou reorganização de repartições da administração direta ou indireta.**

<b>Presidente</b>
Adriano Diogo [PT]
<b>Vice-Presidente</b>
Ricardo Castilho [PV]

<b>Membros Efetivos</b>
Antonio Salim Curiati [PP]
Baleia Rossi [PMDB]
Marcelo Bueno [PTB]
Ricardo Tripoli [PSDB]
Rodolfo Costa e Silva [PSDB]
Sebastião Almeida [PT]
Valdomiro Lopes [PSB]

<b>Membros Substitutos</b>
Ana do Carmo [PT]
Donisete Braga [PT]
Giba Marson [PV]
Romeu Tuma [PMDB]
Rosmary Corrêa [PSDB]
Vanderlei Macris [PSDB]
Vinícius Camarinha [PSB]
Waldir Agnello [PTB]

O crescente emprego de agrotóxicos na produção agrícola estadual foi debatido pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente, em março de 2006, por sugestão do deputado Antonio Salim Curiati (PP). Segundo o parlamentar, a discussão de temas como esse deve ser feita com assiduidade e de forma aberta

pela comissão, com a participação de representantes dos setores envolvidos.

Ex-presidente do órgão, o deputado Sebastião Almeida (PT) foi premiado, em fevereiro, por sua atuação na comissão, entre os destaques na realização de iniciativas eficazes na área. ■



**Deputados Adriano Diogo e Ricardo Castilho**

# Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor

Projeto de lei

2

**A Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor deve opinar sobre proposições e assuntos relativos à defesa do consumidor, bem como à organização e reorganização de repartições da administração direta ou indireta aplicadas a esses fins.**

## Presidente

Romeu Tuma [PMDB]

## Vice-Presidente

Vago

## Membros Efetivos

Afonso Lobato [PV]

Ana Martins [PC do B]

Antonio Mentor [PT]

Carlinhos Almeida [PT]

Edson Ferrarini [PTB]

Milton Vieira [PFL]

Souza Santos [PL]

Wagner Salustiano [PSDB]

## Membros Substitutos

Arthur Alves Pinto [PL]

Geraldo "Bispo Gê" Tenuta [PFL]

Jorge Caruso [PMDB]

Marcelo Bueno [PTB]

Nivaldo Santana [PC do B]

Paulo Sergio [PV]

Sebastião Arcanjo [PT]

Na luta pela defesa do consumidor, a comissão deve receber, avaliar e investigar denúncias relativas a violação de direitos do consumidor, inclusive ouvindo pessoas e autoridades que tenham interesse e conhecimento sobre a matéria; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos à proteção dos direitos do consumidor; colaborar com entidades

governamentais e não-governamentais de defesa do consumidor na consecução das suas finalidades; acompanhar a atuação das comissões de serviços públicos e das agências governamentais no âmbito da defesa dos direitos do consumidor; elaborar estudos para aprimorar os serviços de atendimento gratuito à defesa dos direitos do consumidor. ■



Deputado Romeu Tuma

# Comissão de Direitos Humanos

Projeto de lei	2
Processo	1

**Compete à Comissão de Direitos Humanos receber, avaliar e investigar denúncias relativas à ameaça ou violação dos direitos humanos; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos à proteção dos direitos humanos; colaborar com entidades não-governamentais nacionais e internacionais que atuem na defesa dos direitos humanos; promover pesquisas e estudos relativos à situação dos direitos humanos no Estado.**

<b>Presidente</b>
Ítalo Cardoso [PT]
<b>Vice-Presidente</b>

<b>Membros Efetivos</b>
Ana do Carmo [PT]
Ana Martins [PC do B]
Hamilton Pereira [PT]
Havanir Nimitz [PSDB]
Milton Vieira [PFL]
Rosmary Corrêa [PSDB]
Sebastião Machado [PV]

<b>Membros Substitutos</b>
Beth Sahlão [PT]
Carlos Neder [PT]
Edson Aparecido [PSDB]
José Carlos Stangarlini [PSDB]
Nivaldo Santana [PCdoB]
Renato Simões [PT]
Ricardo Castilho [PV]
Waldir Agnello [PTB]

Os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa tiveram três temas em destaque no início de 2006: a absolvição do coronel Ubiratan Guimarães; a visita do ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi; e o sistema prisional.

A decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo de absolver o coronel Ubiratan Guimarães do caso conhecido como “Massacre do Carandiru” foi discutida no dia 23 de fevereiro. Parlamentares, membros do Ministério Público, autoridades e representantes da sociedade civil manifestaram indignação perante o que consideraram uma decisão juridicamente incorreta e moralmente vergonhosa.

No dia 3 de março, o órgão recebeu

o ministro Paulo Vannuchi, que veio debater problemas referentes à sua área de atuação com entidades representativas dos direitos humanos de São Paulo.

A comissão discutiu também, em reunião conjunta com o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, no dia 16 de março, a possibilidade de que benefícios como progressão de regime prisional e livramento condicional sejam concedidos por autoridade administrativa e não apenas judiciária. E, finalmente, no dia 30 de março, a reunião da comissão debateu as rebeliões, ocorridas na semana anterior, em seis unidades prisionais do Estado. A que aconteceu em Jundiaí foi tratada com destaque por ter resultado na morte de nove presos. ■



Deputado Ítalo Cardoso

# Comissão de Economia e Planejamento

Projeto de lei	10
Processo	1

**A Comissão de Economia e Planejamento é competente para opinar sobre proposições e assuntos relativos ao comércio, à indústria e ao planejamento.**

## Presidente

Sidney Beraldo [PSDB]

## Vice-Presidente

Vinícius Camarinha [PSB]

## Membros Efetivos

Carlínhos Almeida [PT]

Mauro Bragato [PSDB]

Palmiro Mennucci [PPS]

Vaz de Lima [PSDB]

Vicente Cândido [PT]

## Membros Substitutos

Arnaldo Jardim [PPS]

Donisete Braga [PT]

Edson Aparecido [PSDB]

Jonas Donizette [PSB]

Roberto Engler [PSDB]

Rodolfo Costa e Silva [PSDB]

Sebastião Almeida [PT]

Também fazem parte da pauta da comissão, emitir parecer sobre o orçamento plurianual de investimentos e

a organização ou reorganização de repartições da administração direta ou indireta aplicadas a esses objetivos. ■



Deputado Sidney Beraldo (centro) presidente da Comissão de Planejamento



Deputado Vinícius Camarinha vice-presidente da Comissão de Planejamento

# Comissão de Educação

Projeto de lei	38
Moção	3
Processo	17

**É de competência da Comissão de Educação julgar proposições e assuntos relativos à educação e à instrução pública e particular; bem como à organização ou reorganização de repartições da administração direta ou indireta aplicadas a esses fins.**

## Presidente

Vago

## Vice-Presidente

Geraldo Lopes [PMDB]

## Efetivos

Edmir Chedid [PFL]

Maria Lúcia Amary [PSDB]

Maria Lúcia Prandi [PT]

Palmiro Mennucci [PPS]

Roberto Alves [PTB ]

Roberto Felício [PT]

## Substitutos

Baleia Rossi [PMDB]

Carlinhos Almeida [PT]

José Carlos Stangarlini [PSDB]

Roberto Morais [PPS]

Vicente Cândido [PT]

No primeiro trimestre de 2006, a comissão emitiu pareceres favoráveis a vários projetos apresentados por parlamentares. As matérias apreciadas por ela criavam unidades educacionais, denominavam escolas, autorizavam procedimentos pedagógicos e instituíam programas na rede oficial de ensino do Estado.

Dentre os projetos de lei analisados figurava o de nº 490/2004, que cria a Faculdade de Tecnologia de Ferraz de Vasconcelos como unidade do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps).

Outra matéria aprovada versava sobre o limite máximo do número de alunos por período em novas unidades de escolas estaduais.

Tratava-se do PL 615/2004, que estabelece o teto de 500 alunos por período.

De acordo com o PL 735/2004, também aprovado pela comissão, maiores de 60 anos terão cotas e serão dispensados do vestibular para ingresso nas universidades estaduais públicas. A reserva para essa faixa etária é de 10% das vagas disponíveis. Já o PL 221/2004, autoriza a realização de exame odontológico gratuito para alunos da pré-escola e do ensino fundamental oficiais.

Também foi aprovada a criação do programa de acompanhamento para alunos com transtorno do déficit de atenção com e sem hiperatividade na rede pública de ensino. ■

**Representantes de entidades ligadas à educação assistem a reunião da comissão**



# Comissão de Esportes e Turismo

Projeto de lei

9

**Compete à Comissão de Esportes e Turismo manifestar-se em relação a proposições e assuntos que digam respeito aos esportes e à recreação, bem como ao turismo em geral; e à organização e reorganização de repartições da administração direta ou indireta aplicadas a esses fins.**

## Presidente

Rogério Nogueira [PDT]

## Vice-Presidente

Paulo Sergio [PV]

## Membros Efetivos

Alberto Turco Loco Hiar [PSDB]

Arthur Alves Pinto [PL]

Celino Cardoso [PSDB]

Sebastião Arcanjo [PT]

Vicente Cândido [PT]

## Membros Substitutos

José Dilson [PDT]

Maria Lúcia Prandi [PT]

Mauro Bragato [PSDB]

Renato Simões [PT]

Sebastião Machado [PV]

Souza Santos [PL]

Wagner Salustiano [PSDB]

Recentemente, coube a essa comissão, entre outras, a tarefa de analisar e se manifestar em relação ao Projeto de Lei Complementar (PLC) 046/2005, que deu origem à Lei Complementar (LC) 993/2006, sancionada no início de abril, que institui a gratificação especial de atividade técnico-desportiva (GEATD) para os integrantes das classes de técnico desportivo, chefe de inspetoria de esportes e recreação e delegado regional de esportes do quadro da Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer e que se encontram em efetivo exercício na Coordenadoria de Esportes e Lazer.

Antigo pleito da categoria, a aprova-

ção da lei foi resultado do empenho do Legislativo e do Executivo e, de acordo com as palavras do secretário Lars Grael que acompanhou a aprovação do PLC, “uma resposta de gratidão aos servidores, que são os verdadeiros promotores do esporte e da saúde no Estado”. A lei sancionada concedeu aos servidores reajuste de 100%, elevando o salário inicial de técnico desportivo de R\$ 470 para R\$ 940 e se aplica também aos aposentados que passaram à inatividade anteriormente à data de sua publicação, desde que, por ocasião da aposentadoria, estivessem em exercício na Coordenadoria de Esportes e Lazer.



Deputado Rogério Nogueira

# Comissão de Finanças e Orçamento

Projeto de lei complementar	4
Projeto de lei	161
Processo	123

**À Comissão de Finanças e Orçamento (CFO) compete dizer sobre proposições e assuntos que concorram para aumentar ou diminuir tanto a despesa como a receita pública; sobre a atividade financeira do Estado; sobre fixação de subsídio e ajuda de custo dos deputados, bem como do subsídio e verba de representação do governador e vice-governador; sobre fiscalização da execução orçamentária; sobre o projeto de lei orçamentária, em todos os seus aspectos, e os projetos referentes à abertura de crédito e sobre a organização ou reorganização de repartições da administração direta ou indireta aplicadas a esses fins.**

## Presidente

José Caldini Crespo [PFL]

## Vice-Presidente

Renato Simões [PT]

## Membros Efetivos

Arnaldo Jardim [PPS]

Edmir Chedid [PFL]

Jorge Caruso [PMDB]

Mário Reali [PT]

Paulo Sergio [PV]

Vaz de Lima [PSDB]

Waldir Agnello [PTB]

## Membros Substitutos

Aldo Demarchi [PFL]

Campos Machado [PTB]

Cândido Vaccarezza [PT]

Eli Corrêa Filho [PFL]

Giba Marson [PV]

Palmiro Mennucci [PPS]

Roberto Felício [PT]

Romeu Tuma [PMDB]

Vanderlei Macris [PSDB]

A comissão deu continuidade a uma experiência bem-sucedida do ano anterior: a realização de audiências públicas regionais para discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento estadual. Para isso, nos primeiros meses de 2006, a CFO iniciou a discussão sobre um calendário para a realização desses encontros e um manual para a elaboração das emendas regionais.

Além disso, em fevereiro, a Comis-

são aprovou dois projetos-chave para a administração estadual: a prestação de contas do Executivo estadual e o Orçamento paulista para 2006. Este último, aprovado por acordo entre governo e oposição, trabalha com receita estimada de R\$ 81,29 bilhões e incorporou emendas regionais. Em março, a CFO voltou a apreciar o projeto e decidiu rejeitar o veto do governador a duas emendas.

Ainda no mês de março, a comissão começou a discutir denúncias envolvendo o Banco Nossa Caixa em suposto favorecimento a pedidos de parlamentares na distribuição de verbas publicitárias.

O secretário da Fazenda, Luiz Tacca Júnior, reuniu-se em março com os parlamentares da comissão para prestar contas das metas fiscais do terceiro quadrimestre de 2005. Questionado pelos deputados, ele afirmou que as metas fiscais estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal haviam sido cumpridas, defendeu o atual formato do Sistema de Gerenciamento de Execução Orçamentária (Sigeo) e apresentou explicações para execuções orçamentárias abaixo do disponível em várias áreas. ■



**Deputado José Caldini Crespo**

# Comissão de Fiscalização e Controle

Projeto de decreto legislativo 98  
Processo 32

**A função da Comissão de Fiscalização e Controle é fiscalizar os atos da administração direta e indireta do Estado, nos termos da legislação pertinente, em especial para verificação da regularidade, eficiência e eficácia dos seus órgãos no cumprimento dos objetos institucionais, assim como opinar sobre proposições relativas à tomada de contas do governador e comunicação do Tribunal de Contas sobre ilegalidade de despesa decorrente de contrato.**

## Presidente

Rodolfo Costa e Silva [PSDB]

## Vice-Presidente

Vago

## Membros Efetivos

Geraldo Lopes [PMDB]

Giba Marson [PV]

Mário Reali [PT]

José Dilson [PDT]

Roberto Felício [PT]

Roberto Morais [PPS]

## Substitutos

Campos Machado [PTB]

Carlos Neder [PT]

Edmir Chedid [PFL]

Ítalo Cardoso [PT]

Jorge Caruso [PMDB]

Palmiro Mennucci [PPS]

Paulo Sergio [PV]

Rogério Nogueira [PDT]

Vaz de Lima [PSDB]



**Deputado Rodolfo Costa e Silva**



A comissão aprovou, no dia 15 de fevereiro, o parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo 8/2006, que trata das contas do governador referentes ao exercício de 2004. O projeto será agora apreciado pelos deputados em plenário. De acordo com o Regimento Interno, essa matéria entra na Ordem do Dia em regime de prioridade, com 18 horas de discussão. ■

# Comissão de Legislação Participativa

**A Comissão de Legislação Participativa tem o dever de manifestar-se sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação na Assembléia Legislativa e sobre pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de qualquer das entidades mencionadas.**

## Presidente

Vago

## Vice-Presidente

Havanir Nimtz [PSDB]

## Membros Efetivos

Carlos Neder [PT]

Nivaldo Santana [PCdoB]

Roberto Moraes [PPS]

Rogério Nogueira [PDT]

Simão Pedro [PT]

## Membros Substitutos

Ana Martins [PC do B]

José Dilson [PDT]

Marquinho Tortorello [PPS]

Renato Simões [PT]

Sidney Beraldo [PSDB]

Waldir Agnello [PTB]

A mais nova das comissões criadas pela Assembléia Legislativa foi instalada em abril de 2005. Combinando democracia representativa e democracia participativa, a comissão amplia a participação dos cidadãos nos trabalhos legislativos. ■



**Deputada Havanir Nimtz,  
vice-presidente da comissão**

# Comissão de Promoção Social

Projeto de lei complementar	1
Projeto de lei	11
Moção	6

**A Comissão de Promoção Social tem a incumbência de opinar sobre proposições e assuntos que digam respeito ao desenvolvimento comunitário.**

## Presidente

Vago

## Vice-Presidente

Maria Lúcia Prandi [PT]

## Membros Efetivos

Afonso Lobato [PV]

Ana do Carmo [PT]

Analice Fernandes [PSDB]

José Carlos Stangarlíni [PSDB]

Maria Lúcia Prandi [PT]

Milton Vieira [PFL]

## Membros Substitutos

Edmir Chedid [PFL]

João Caraméz [PSDB]

Maria Lúcia Amary [PSDB]

Paulo Sergio [PV]

Renato Simões [PT]

Também cabe à comissão emitir parecer sobre os estabelecimentos sociais e a imigração, bem como sobre todas as medidas de promoção

humana; e ainda sobre organização ou reorganização de repartições da administração direta ou indireta aplicadas a esses fins. ■



**Deputada Maria Lúcia Prandi, vice-presidente da comissão**

## Comissão de Redação

Projeto de lei complementar	2
Projeto de lei	27

**À Comissão de Redação, compete apresentar a redação final das proposições, salvo nos casos em que essa incumbência estiver expressamente deferida pelo Regimento Interno a outra comissão, ou quando se tratar de projetos referentes à economia interna da Assembléia. Os projetos do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, por exemplo, têm sua redação final feita pela Comissão de Finanças e Orçamento. Nos projetos de resolução para reforma ou substituição do Regimento, a redação final compete à Mesa Diretora**

### Presidente

Arthur Alves Pinto [PL]

### Vice-Presidente

Aldo Demarchi [PFL]

### Membros Efetivos

Cândido Vaccarezza [PT]

Edson Aparecido [PSDB]

Renato Simões [PT]

Sidney Beraldo [PSDB]

Vanderlei Macris [PSDB]

### Membros Substitutos

Carlinhos Almeida [PT]

Celino Cardoso [PSDB]

Eli Corrêa Filho [PFL]

José Zico Prado [PT]

Ricardo Tripoli [PSDB]

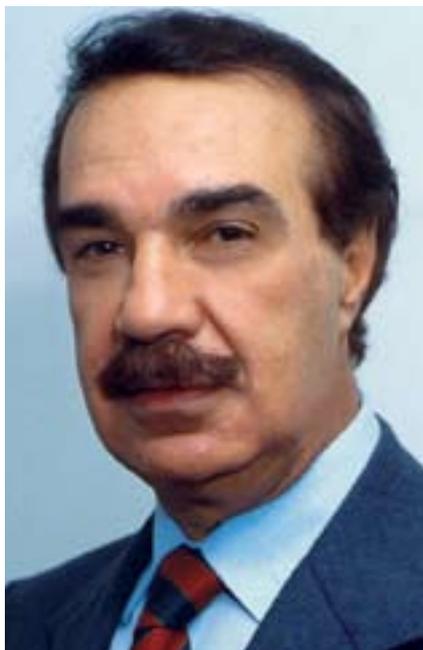
Souza Santos [PL]

Wagner Salustiano [PSDB]

Não necessitam ser submetidos à Comissão de Redação projetos aprovados ou referendados nos próprios termos, ou seja, que não tenham sofrido emenda.

Os projetos são encaminhados à Comissão de Redação depois de serem aprovados pelo Plenário ou referendados pela comissão de mérito, dependendo do tipo de projeto. A redação proposta pela Comissão é então publicada e o projeto incluído em pauta por duas sessões (a chamada pauta de redação), para rece-

bimento de emendas. Se forem apresentadas emendas (o que é raro), voltará o projeto à Comissão para parecer, após o que será incluído na Ordem do Dia para discussão e votação. Não havendo emendas, considerar-se-á aprovada a redação proposta. Hoje, o presidente da Comissão de Redação da Assembléia é o deputado Arthur Alves Pinto (PL). Sob a sua presidência, essa comissão reuniu-se ordinariamente no primeiro trimestre de 2006 duas vezes durante o mês de março. ■



Deputados Arthur Alves Pinto e Aldo Demarchi

# Comissão de Relações do Trabalho

Projeto de lei	1
Moção	3

**Compete à Comissão de Relações do Trabalho emitir parecer sobre proposições e assuntos relativos às relações do trabalho, bem como sobre a organização e reorganização de repartições da administração direta ou indireta aplicadas a esses fins.**

## Presidente

Mauro Bragato [PSDB]

## Vice-Presidente

Hamilton Pereira [PT]

## Membros Efetivos

Célia Leão [PSDB]

Nivaldo Santana [PCdoB]

Souza Santos [PL]

## Substitutos

Ana Martins [PCdoB]

Arthur Alves Pinto [PL]

Havanir Nimitz [PSDB]

Maria Lúcia Amary [PSDB]

Maria Lúcia Prandi [PT]

Roberto Alves [PTB]

Sebastião Arcanjo [PT]



Entre os temas que ganharam destaque nas reuniões da comissão, as condições de trabalho na lavoura de cana-de-açúcar foi um dos mais discutidos, juntamente com a suspensão da licença-prêmio dos policiais.

O deputado Simão Pedro (PT), membro do órgão, participou de uma audiência organizada pelo Ministério Público do Trabalho Federal, na USP de Ribeirão Preto, sobre as mortes dos trabalhadores rurais nos canaviais de São Paulo, cujos indícios levam a concluir como causa do óbito o excesso de labor. Os depoimentos de especialistas apontam que as condições de trabalho e de vida dos que exer-

cem atividades neste setor beiram a escravidão.

Outro assunto que mobilizou os parlamentares nestes primeiros meses do ano foi a polêmica resolução da Procuradoria-Geral do Estado que suspendeu as licenças-prêmios dos policiais. Segundo as entidades que congregam esses servidores públicos, é preciso rever o parecer da procuradoria. Todos os presentes à reunião foram unânimes quanto à necessidade de uma legislação específica para os policiais militares. Para aprofundar o debate, foi sugerida, pelo deputado Rafael Silva (PDT), a criação de uma Frente Parlamentar. ■

**A comissão reuniu-se para discutir as condições de trabalho na lavoura de cana-de-açúcar**

# Comissão de Saúde e Higiene

Projeto de lei	29
Moção	3
Processo	10

**À Comissão de Saúde e Higiene compete opinar sobre proposições e assuntos de defesa, assistência e educação sanitária, bem como sobre a organização ou reorganização de repartições da administração direta ou indireta relacionadas a esses objetivos.**

## Presidente

Waldir Agnello [PTB]

## Vice-Presidente

José Dilson [PDT]

## Membros Efetivos

Analice Fernandes [PSDB]

Beth Sáhão [PT]

Carlos Neder [PT]

Milton Vieira [PFL]

Pedro Tobias [PSDB]

Ricardo Castilho [PV]

Souza Santos [PL]

## Membros Substitutos

Adriano Diogo [PT]

Arthur Alves Pinto [PL]

Roberto Alves [PTB]

Rogério Nogueira [PDT]

Sebastião Machado [PV]

Vanderlei Siraque [PT]

Wagner Salustiano [PSDB]

A comissão aprovou no mês de março, entre outros projetos, o PL 886/2003, do deputado José Bittencourt (PDT), que trata do apoio financeiro a entidades e organizações não-governamentais que trabalham com assistência e recuperação de dependentes químicos, e o PL 563/2005, de Giba Marson (PV), que obriga os hospitais a notificarem casos de intoxicação decorrentes da ingestão de alimentos deteriorados aos órgãos de vigilância sanitária.

A crise de financiamento que atinge o Hospital das Clínicas da Universidade de Campinas também mereceu a atenção da comissão, que promoveu debate, em 21 de março, para discutir a questão. Mediado pelo presidente da comissão, Waldir Agnello (PTB), o encontro teve a participação do se-

cretário estadual da Saúde, Luiz Roberto Barradas, da consultora técnica do Ministério da Saúde, Maria Cecília Piovesan, e do superintendente do hospital, Luiz Carlos Zeferino, entre outros interessados no tema.

Zeferino apresentou a estrutura e os gastos do hospital. Ele explicou que a instituição foi transformada num grande complexo hospitalar em 1985 e está vinculada à Unicamp, diferentemente do Hospital das Clínicas da USP, que é ligado à Secretaria da Saúde.

Para atender solicitação do Conselho de Reitores e participar efetivamente do custeio de despesas, o secretário Barradas informou que o hospital tem de se desvincular da universidade, passando para a estrutura da Secretaria da Saúde. ■

**O secretário estadual da saúde, Luiz Roberto Barradas, fala durante reunião presidida pelo deputado Waldir Agnello**



# Comissão de Segurança Pública

Projeto de lei complementar	4
Projeto de lei	20
Moção	4
Processo	1

**A Comissão de Segurança Pública foi criada para proferir parecer a respeito de proposições e assuntos relativos à segurança pública, à Polícia Civil e à Polícia Militar, bem como à organização e reorganização de repartições da administração direta ou indireta aplicadas a esses fins.**

## Presidente

Afanasio Jazadji [PFL]

## Vice-Presidente

Vanderlei Siraque [PT]

## Efetivos

Antonio Salim Curiati [PP]

Carlinhos Almeida [PT]

Romeu Tuma [PMDB]

Rosmary Corrêa [PSDB]

Ubiratan Guimarães [PTB]

## Substitutos

Antonio Mentor [PT]

Celino Cardoso [PSDB]

Edson Ferrarini [PTB]

Edson Gomes [PP]

Geraldo Lopes [PMDB]

Renato Simões [PT]

**Deputados Afanasio Jazadji e Vanderlei Siraque**



Presidida pelo deputado Afanasio Jazadji (PFL), a comissão recebeu, em março, para discussão e deliberação, o Projeto de Lei Complementar 17/2006, de autoria do Executivo. O projeto institui o Adicional Operacional de Localidade (AOL) aos integrantes da Polícia Civil e Militar do Estado e prevê gratificações para policiais de acordo com o município e a unidade policial. A matéria, que seria aprovada pela Assembléia Legislativa em maio, foi criticada por aposentados e pensionistas da PM. Eles reivindicava a retirada do PLC e sua substituição por outro projeto que concedesse reajuste nos vencimentos.

A comissão também aprovou o projeto que obriga as empresas de telefonia móvel a instalarem bloqueadores de celulares nas áreas em que houver presídios. Emitiu pareceres

favoráveis a vários projetos, incluindo o que cria o “Programa de Valorização Profissional” para egressos do sistema penitenciário; o que obriga a afixação de cartazes nos órgãos públicos estaduais informando contato com a Ouvidoria da Polícia do Estado; e o que estabelece sanções para estabelecimentos que promovam a exploração sexual infantil.

Debateu, ainda, em conjunto com a Comissão de Administração Pública, sobre a decisão tomada pelo comandante-geral da Polícia Militar de suspender a licença-prêmio dos policiais militares.

Outro ponto bastante discutido diz respeito à indicação da tenente-coronel Fátima Ramos Dutra para a chefia da Casa Militar do governo paulista. Vários coronéis da Polícia Militar sentiram-se preteridos, gerando polêmica em torno do assunto. Segundo esses militares, o artigo 141 da Constituição do Estado não autoriza a nomeação de oficiais do quadro feminino.

A Comissão também deliberou sobre requerimentos de convocação, que foram convertidos em convite, dos secretários da Segurança Pública e da Educação em razão da diminuição dos recursos destinados à segurança escolar. ■

# Comissão de Serviços e Obras Públicas

Projeto de lei	10
Processo	2

É de competência da Comissão de Serviços e Obras Públicas emitir parecer sobre proposições e assuntos relativos a serviços e obras públicas e ao seu uso e gozo; concessão de uso de bens públicos; concessão de serviços públicos; energia elétrica ou de outras fontes; organização e reorganização de repartições da administração direta ou indireta aplicadas a esses fins.

<b>Presidente</b>
Simão Pedro [PT]
<b>Vice-Presidente</b>
Orlando Morando [PSDB]

<b>Membros Efetivos</b>
Edmir Chedid [PFL]
Nivaldo Santana [PCdoB]
Roberto Alves [PTB]
Sebastião Arcanjo [PT]
Vaz de Lima [PSDB]

<b>Membros Substitutos</b>
Adriano Diogo [PT]
Ana Martins [PCdoB]
Eli Corrêa Filho [PFL]
Mário Reali [PT]
Ricardo Tripoli [PSDB]
Rosmary Corrêa [PSDB]
Ubiratan Guimarães [PTB]

O plano de expansão da rede de transporte de gás natural para a Região Metropolitana de São Paulo foi debatido em audiência pública promovida pela Comissão no dia 23 de março. Os debates foram permeados por explicações sobre o funcionamento e as especificações técnicas do sistema, que obedecem às normas técnicas nacionais e internacionais.

Participaram da audiência o diretor de Assuntos Regulatórios Institucionais da Comgás, Carlos

Eduardo de Freitas Brescia, o superintendente de Ativos da companhia, Carlos César Zanardo, e o comissário-chefe do Grupo Técnico de Concessões da Comissão de Serviços Públicos de Energia, Zevi Kann. Zanardo expôs o projeto da empresa para levar gás canalizado aos municípios da Grande São Paulo. Entre os destaques do plano está o reforço do anel metropolitano, uma rede de tubulação de 223 quilômetros à qual a rede de distribuição é conectada. ■



Deputado Simão Pedro

# Comissão de Transporte e Comunicações

Projeto de lei complementar	1
Projeto de lei	70
Moção	6
Processo	20

**É de competência da Comissão de Transportes e Comunicações manifestar-se a respeito de proposições e assuntos relativos ao transporte e ao trânsito, bem como às comunicações; e à organização ou reorganização de repartições da administração direta ou indireta aplicadas a esses objetivos.**

## Presidente

Valdomiro Lopes [PSB]

## Vice-Presidente

Arnaldo Jardim [PPS]

## Membros Efetivos

Antonio Mentor [PT]

Campos Machado [PTB]

Eli Corrêa Filho [PFL]

João Caraméz [PSDB]

Jorge Caruso [PMDB]

José Zico Prado [PT]

Souza Santos [PL]

## Membros Substitutos

Arthur Alves Pinto [PL]

Baleia Rossi [PMDB]

Enio Tatto [PT]

Jonas Donizette [PSB]

Marcelo Bueno [PTB]

Roberto Moraes [PPS]

Rodolfo Costa e Silva [PSDB]

Vicente Cândido [PT]

Dentre os diversos projetos com pareceres aprovados no mês de março pela Comissão de Transportes e Comunicações, destacam-se os relacionados às normas de funcionamento das companhias prestadoras de serviços de telefonia.

O Projeto de Lei 372/2004, de autoria do deputado José Bittencourt (PDT), obriga as empresas do setor a instalarem, gratuitamente, aparelhos de medição de consumo em cada telefone fixo, no endereço do consumidor. Já o PL 421/2005, do deputado Geraldo Vinholi (PDT), obriga as empresas operadoras de telefonia móvel a informar o tér-

mino do limite de minutos contratados a seus usuários. O atendimento aos usuários também mereceu a atenção do deputado Mauro Bragato (PSDB) em seu PL 216/2005, que obriga os fornecedores de produtos e empresas que utilizam os serviços telefônicos ou eletrônicos de atendimento ao cliente a fornecer o tempo estimado de espera da ligação.

Foi aprovado, também, parecer ao PL 90/2005, de autoria do deputado Rodrigo Garcia (PFL), que impõe a veiculação gratuita de campanhas educativas e de utilidade pública em salas de cinema e similares. ■



Deputado Valdomiro Lopes

# Conselho de Ética

**O Conselho de Ética tem competência, por exemplo, para instaurar sindicância solicitando a perda de mandato do deputado.**

## Presidente

Hamilton Pereira [PT]

## Vice-Presidente

José Caldini Crespo [PFL]

## Membros Efetivos

Carlinhos Almeida [PT]

Geraldo Lopes [PMDB]

Giba Marson [PV]

Maria Lúcia Amary [PSDB]

Roberto Moraes [PPS]

Valdomiro Lopes [PSB]

Waldir Agnello [PTB]

## Deputado Hamilton Pereira



No dia 18/4, foram eleitos para exercer a presidência e a vice-presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Assembléia os deputados Hamilton Pereira (PT) e José Caldini Crespo (PFL), respectivamente. Também integram o conselho os deputados Roberto Moraes (PPS), Waldir Agnello (PTB), Carlinhos Almeida (PT), Maria Lúcia Amary (PSDB), Valdomiro Lopes (PSB), Giba Marson (PV) e Geraldo Lopes (PMDB).

A finalidade do conselho é avaliar a atuação dos deputados e fazer com que as normas regimentais da Casa, assim como as constitucionais, se-

jam cumpridas. O conselho pode instaurar sindicância e solicitar a perda de mandato de deputado, que será decidida pela Assembléia Legislativa, sempre que um parlamentar infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo 15 da Constituição do Estado, tiver procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar ou sofrer condenação criminal.

O 1º secretário da Assembléia, Fausto Figueira (PT), elogiou o deputado Hamilton. “A seriedade com que Hamilton vem desempenhando seu trabalho parlamentar há mais de dez anos faz dele um dos deputados mais respeitados por todos os partidos na Casa”, destacou. “Sendo assim, não há dúvida alguma de que ele foi eleito presidente do Conselho de Ética por estar entre os deputados mais indicados para esse papel”, completou Fausto.

Hamilton Pereira, que era vice-presidente do conselho, comemorou sua eleição para a presidência. “Para mim, além de ser uma honra, é um grande prazer estar neste conselho, pois nos dez anos em que trabalho na Assembléia tenho seguido rigorosamente a linha de trabalho do meu partido e me pautado em dois princípios fundamentais: a ética e a justiça.” ■

# Corregedoria Parlamentar

Processo 2

O órgão é formado por um corregedor e um substituto, eleitos pelos parlamentares.

## Corregedor parlamentar

Romeu Tuma [PMDB]

## Corregedor substituto

Ricardo Castilho [PV]

A Corregedoria Parlamentar constituiu-se de um corregedor e um corregedor substituto. Ao corregedor parlamentar compete promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Assembleia Legislativa; dar cumprimento às determinações da Mesa, referentes à segurança interna e externa da Casa; supervisionar a proibição de porte de arma com poderes para

revistar e desarmar; e fazer sindicância sobre denúncias de ilícitos no âmbito da Assembleia Legislativa envolvendo deputados.

Em caso de delito cometido por deputado no âmbito da Assembleia Legislativa, caberá ao corregedor parlamentar, ou ao corregedor substituto, quando por este designado, presidir o inquérito instaurado para a apuração dos fatos. ■



Os corregedores Romeu Tuma e Ricardo Castilho

## **Espaço aberto**

**Líderes dos partidos falam da atuação de suas bancadas dentro e fora da Assembléia Legislativa**



**Rodrigo Garcia ocupa a tribuna do Plenário Juscelino Kubistchek, onde se realizam as votações de projetos na Assembléia Legislativa de São Paulo**



PCdoB

## Na luta por desenvolvimento social e econômico



**Anna Martins é deputada e líder do PCdoB na Assembléia Legislativa**

**Nivaldo Santana está no terceiro mandato como deputado do PCdoB na Assembléia Legislativa**



**Anna Martins** - A deputada Anna Martins, atual líder do PCdoB na Assembléia Legislativa, está no exercício de seu primeiro mandato estadual, tendo recebido mais de 67 mil votos nas eleições passadas. Anteriormente, foi vereadora por três vezes consecutivas na capital paulista. Sua base eleitoral, nesse último período, estendeu-se da cidade para toda a região metropolitana e demais municípios do interior.

O trabalho legislativo da parlamentar, desde a vereança, atende em geral às reivindicações dos movimentos sociais e aos interesses públicos de segmentos organizados, como mulheres, crianças e adolescen-

tes. A experiência de líder comunitária, desde a sua adolescência, conferiu aos seus mandatos um caráter democrático e popular. Além das responsabilidades peculiares do Parlamento, como elaborar leis e fiscalizar as ações do Executivo, Ana empenha-se cotidianamente no trabalho de organização dos cidadãos e cidadãs que buscam alcançar seus legítimos direitos.

As lutas por moradia digna, infraestrutura e planejamento urbano são marcas fortes em sua atuação política e acabaram levando-a à especialização nesses assuntos. Na Câmara Municipal, presidiu diversas comissões de estudos sobre a situação habitacional e as áreas de proteção ambiental (APAs). Na Assembléia, preside a Comissão de Assuntos Metropolitanos, na qual tem tratado de assuntos ligados à política urbana, através de seus instrumentos e legislações, como os Planos Diretores Participativos e o Estatuto das Cidades.

A deputada tem presença marcante também nas lutas das mulheres por direito à saúde, valorização do trabalho, mais participação política, contra a violência doméstica e pela emancipação; por um mundo de igualdade, sem nenhum tipo de

opressão. Sua formação acadêmica, em serviço social pela PUC/SP no final dos anos 60, contribuiu para o direcionamento de suas ações no campo da assistência social e para reforçar sua luta por políticas públicas em setores essenciais, em especial a população mais carente de serviços de saúde, educação, transporte, segurança e lazer.

Seus projetos mais expressivos são voltados para a valorização do funcionalismo e, por conseguinte, para a melhoria dos serviços públicos; à prevenção e ao atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, a exemplo do que dispõe a Lei 12.256, de sua autoria e promulgada em fevereiro de 2006, que cria o Programa Estadual de Prevenção e Atendimento às Vítimas de Violência, seja ela física, sexual e/ou psicológica.

**Nivaldo Santana** - O deputado Nivaldo Santana está no terceiro mandato na Assembléia Legislativa. Nesse período, pautou sua atuação pela defesa dos direitos dos trabalhadores, dos aposentados e pela valorização do serviço público. Crítico das privatizações, Nivaldo Santana defende as empresas públicas por considerá-las indispen-

sáveis para o crescimento econômico do Estado e o bem-estar da população. Apóia a luta por um Legislativo mais atuante e independente, premissa para a ampliação da democracia. Considera a participação organizada da população na Assembléia Legislativa fator positivo para elevar a qualidade dos trabalhos parlamentares.

Na esfera nacional, Nivaldo defende avanços no projeto de desenvolvimento com valorização do trabalho e a integração dos povos da América Latina como contraponto ao domínio norte-americano da economia mundial. Para o parlamentar, projetos como o Bolsa-Família, o Pró-Uni, o Segundo-Tempo e o Bolsa-Escola são medidas emergenciais necessárias para fomentar a inclusão das camadas mais pobres da sociedade brasileira e combater as desigualdades.

Como recompensa por sua luta, o deputado Nivaldo Santana conquistou importantes vitórias no início deste ano. Após árdua negociação com a Secretaria do Meio Ambiente, o parlamentar, em conjunto com uma comissão de deputados e com o Sintaema (sindicato que representa os trabalhadores da Cetesb), conseguiu evitar a

demissão de 433 funcionários da companhia, preservando, além dos empregos, a qualidade dos serviços prestados no setor de meio ambiente no Estado.

No exercício de seu papel fiscalizador dos atos do Poder Executivo, o deputado entrou com representação no Tribunal de Contas do Estado (TCU) para questionar diversas irregularidades no edital de licitação da parceria público-privada (PPP) da linha 4 do metrô. O TCU acatou a representação do parlamentar e suspendeu o edital por entender que o processo seria lesivo aos cofres públicos.

Em dezembro passado, o Parlamento aprovou o Projeto de Lei 155/2004, de sua autoria, para garantir a complementação de aposentadoria dos funcionários da Sabesp. Agora, para que o projeto vire lei, Nivaldo trabalha pela derrubada do veto do governador.

Nivaldo apresentou dezenas de emendas ao Orçamento 2006, destinando recursos adicionais a saúde, educação, cultura e esportes, na capital e interior. Cerca de 20 emendas foram atendidas em benefício de hospitais, centros culturais e esportivos e do desenvolvimento de pesquisas em tecnologia. ■



## Trabalhando por São Paulo

Deputado Rogério Nogueira



Rogério Nogueira é deputado e líder do PDT na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Tenho respondido com certa frequência a seguinte pergunta: deputado Rogério Nogueira, como é possível você, no seu primeiro mandato, chegar a ser líder do partido na Assembleia do Estado mais importante da Federação? Talvez isso não seja possível nos partidos onde se tem mais cacique do que índio. Mas no Partido Democrático Trabalhista, o diálogo tem se mostrado, na prática, uma prática corriqueira, seja nos compromissos assumidos entres seus pares, seja no dia-a-dia na Assembleia Legislativa.

Meus amigos de partido, deputados Geraldo Vinholi, José Dilson, José Bittencourt e Zuza Abdul Massih, tenho orgulho de poder compartilhar com vocês essa nossa legislatura. À primeira vista, pode até parecer que apenas seis parlamentares não sejam suficientes para aprovar projetos ou obter a liberação de recursos para serem aplicados na melhoria da qualidade de vida da população. Mas a bancada do PDT tem um diferencial: fazemos do diálogo permanente nossa principal ferramenta de atuação, seja com o Executivo, seja com a oposição e os demais parlamentares.

As nossas áreas de atuação vão da saúde e educação, passando pela

segurança e esportes, até a atenção às pessoas portadoras de deficiências físicas. Os deputados do PDT têm uma postura de independência na Assembleia Legislativa. Nem o oposicionismo inconseqüente, nem, muito menos, o adesismo cego. Cada deputado do PDT conhece perfeitamente o seu papel. O parlamentar pedetista sabe que, entre as suas inúmeras funções, está a de fiscalizar as ações do Poder Executivo.

Os deputados pedetistas acompanham atentamente a aplicação dos recursos públicos. Fiscalizam para garantir que o dinheiro que chega, por meio dos impostos, seja, de fato, investido na melhoria da qualidade de vida dos paulistas. A postura política madura e responsável da bancada do PDT faz com que as outras forças políticas respeitem os parlamentares pedetistas. Nossa posição tem contribuído em muito para o bem de São Paulo; tem contribuído em muito para a vida dos paulistas. Cada projeto enviado pelo Executivo ou apresentado por deputados é analisado minuciosamente. Os pedetistas avaliam as conseqüências da sua aplicação e, sobretudo, se ele, uma vez transformado em lei, vai concorrer para melhorar a vida das pesso-

as. Aliás, melhorar a vida das pessoas é a razão política de ser do próprio PDT. Não há outra razão no exercício da política e a nossa bancada sabe muito bem dar esse exemplo.

A postura de independência tem sido decisiva para que a bancada do PDT realize um trabalho representativo no Parlamento. As forças políticas que buscam a hegemonia no Estado sabem que não podem prescindir dos deputados pedetistas. A cada votação ponderamos o que é melhor para nossa gente. É assim que temos decidido atuar nesses tempos tão difíceis da política brasileira. Não esperem de nós, do PDT, um voto político. Esperem de nós uma decisão madura e pautada pela ética.

Prefeitos e vereadores dos municípios paulistas que vêm à Assembleia Legislativa em busca de apoio para suas reivindicações junto ao Poder Executivo mesmo não sendo do nosso partido, sabem perfeitamente que podem contar com a bancada do PDT. Tanto é assim que mais de uma centena de cidades já foram beneficiadas com a liberação de recursos oriundos de emendas e indicações apresentadas pelos parlamentares pedetistas, nas mais diferentes áreas.

Mas, para atuar em perfeita sintonia, como faz a bancada do PDT, é necessário um trabalho freqüente de avaliação e crítica. Os deputados pedetistas reúnem-se constantemente para avaliar a atuação política da bancada e definir encaminhamentos para aquelas questões que exigem um compromisso político mais forte e unitário do partido. Falar, debater, ouvir e obter o consenso. Assim, se garante a unidade de ação na diversidade política e plural do partido.

Cada deputado do PDT na Assembleia Legislativa reconhece a importância do partido na sua atuação política e parlamentar. Por isso, todas participam ativamente da vida partidária, seja debatendo propostas para os movimentos sociais, seja discutindo os rumos do partido. Os deputados pedetistas integram as diferentes instâncias partidárias e têm atuação decisiva em seus fóruns de discussões e liberações.

Nestes tempos em que a classe política enfrenta severas reservas por parte da sociedade, em decorrência dos sucessivos escândalos de corrupção, sem que houvesse punição aos culpados, a bancada do PDT prima por atuar com ética, transpa-

rência e respeito à inteligência dos eleitores. Os parlamentares pedetistas tomam para si toda a revolta da sociedade contra os escândalos que envergonham a nação. E fazem deles exemplos do que não deve ser feito na vida pública.

Pertencer ao Partido Democrático Trabalhista é motivo de orgulho para cada um dos seis deputados estaduais em São Paulo. Os parlamentares sabem que são filiados a um partido que tem as mãos limpas. Limpas da corrupção. Limpas de qualquer envolvimento em negociatas. E, sobretudo, limpas das máculas da traição aos compromissos assumidos perante o povo durante a campanha eleitoral.

Temos dito e tomado para nós uma frase do poeta Fernando Pessoa: "Tenho prazer em ser vencido, quando quem vence é a razão, seja quem for o seu procurador". Dessa maneira, temos a certeza de que nossa bancada estará sempre trabalhando para o bem de São Paulo. Estará sempre livre para escolher o que é melhor para a vida de tantas pessoas que dependem do trabalho dos deputados estaduais. E ao final poderemos perguntar: "Valeu a pena? Tudo vale a pena se a alma não é pequena". ■



## A marca do PFL

### Bancada do PFL



**Bancada do PFL é composta pelos deputados Gilson de Souza, Geraldo "Bispo Gê" Tenuta, Afanásio Jazadji, Eli Corrêa Filho, Nilton Vieira, Edmir Chedid, Rodrigo Garcia, Aldo Demarchi e José Caldini Crespo, com o governador Cláudio Lembo ao centro**

O Partido da Frente Liberal, que completa, em 2006, 21 anos de jornada exemplar em defesa da democracia, conquista juntamente com a maioria, a responsabilidade de administrar o Estado e o município mais importantes do país.

Empossados no dia 31 de março, o governador Cláudio Lembo e o prefeito Gilberto Kassab administrarão um total de R\$ 98,5 bilhões (soma dos Orçamentos do Estado e Prefeitura de São Paulo), cerca de 12,26% do Orçamento da União, previsto em R\$ 803,3 bilhões.

O PFL, que já vem presidindo a Assembléia Legislativa desde março de 2005, conquista agora a oportunidade de imprimir a sua marca no território paulista e ganhar mus-

culatura política no maior Estado do país, que conta com uma população estimada em 40,4 milhões de habitantes.

Estrutura e competência política certamente não faltarão ao partido, cujo compromisso maior, do qual seus membros nunca se afastaram, é com a liberdade, fazendo prevalecer o interesse social sobre o individual, e com a mudança. Desse modo, o desenvolvimento deve estar a serviço do homem, protegido em sua liberdade, dignidade e integridade.

O partido acredita que um país onde a população, na sua grande maioria, ainda padece de carências essenciais no campo da alimentação, saúde, educação e habitação é

uma nação que clama por mudanças, sem prejuízo, é claro, do muito que se faz necessário preservar. Por isso, é ponto de honra para o PFL lutar incansavelmente pelas reformas essenciais e alcançá-las por meios pacíficos, mas sem transigências que impeçam torná-las realidade.

Com a eleição do deputado Rodrigo Garcia para a presidência da Assembléia Legislativa, apoiado por

além dos discursos de palanque. Os efeitos das mudanças propostas pela nova Mesa Diretora da Assembléia foram nitidamente comprovados nas discussões e votações da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Orçamento 2006, oportunidade em que a Comissão de Finanças e Orçamento, presidida pelo deputado José Caldini Crespo, também do PFL, levou o debate a todo o Estado de São Paulo, por

Garcia, que já se fazem notar de maneira muito positiva no âmbito organizacional do Legislativo paulista, incluem: os investimentos na capacitação e valorização do quadro funcional; a ampliação e reforma do Palácio 9 de Julho; a redução de gastos, hoje na casa dos R\$ 3,2 milhões, obtida com a implantação do pregão, que além de transparência traz economia; as diversas parcerias firmadas



uma bancada combativa e liderada pelo deputado Edmir Chedid, o partido começou a dar os primeiros sinais de fortalecimento da agremiação no Estado de São Paulo, promovendo e sustentando, com firmeza e objetividade, as expressivas mudanças propostas pela nova Mesa Diretora, visando moldar um parlamento mais eficiente e mais próximo da população.

Ao pautar como prioridade de sua gestão o fortalecimento do poder do cidadão, por meio da modernização e autonomia do Poder Legislativo, o presidente Rodrigo Garcia demonstrou, de forma muito clara, que o comprometimento dos parlamentares do PFL com a busca incessante pela eficiência vai muito

meio das 49 audiências públicas que garantiram a participação popular na discussão sobre a aplicação dos recursos públicos.

O empenho do relator das duas matérias – LDO e Orçamento –, deputado Edmir Chedid, traduzido no formato pioneiro e democrático de seus relatórios e na condução das negociações para aprovar as alterações propostas em seu parecer, muitas delas ditadas pela sociedade, imprimiu uma nova mentalidade no Parlamento paulista; haja vista que, nos anos anteriores, as duas matérias passavam pela Assembléia praticamente sem sofrer alterações.

Outras inovações promovidas pela gestão do deputado Rodrigo

com entidades e organizações, com o objetivo de promover intercâmbio para análise e sugestões de projetos de interesse público; e a iniciativa de consolidação das legislações paulista, com o objetivo de simplificar e reduzir o número de leis existentes, excluindo diplomas ultrapassados e incompatíveis com a realidade da população.

Essa é a forma de administrar do partido que hoje ocupa os três cargos mais importantes do Estado de São Paulo, ousando com responsabilidade, transparência e competência. Para o PFL, a credibilidade e a participação da sociedade constituem preliminares indispensáveis ao êxito da ação governamental. ■



## Instruir para conscientizar

Deputado Souza Santos



Souza Santos é deputado e líder do PL na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

A trajetória do Partido Liberal no Brasil tem início em 1985, ocasião em que foi fundado, no Rio de Janeiro, emergindo com um novo regime voltado à substituição do autoritarismo que ainda estava bastante presente no seio político da história nacional.

Seu manifesto de fundação evidenciava os ideais que defendiam novas formas de gestão da coisa pública, despontando com conceitos inovadores que preconizavam proteção ao meio ambiente e ao patrimônio natural, conclamando a uma conscientização acerca da produção e consumo de produtos prejudiciais à saúde ou nocivos ao ecossistema, ao mesmo tempo em que diagnosticava os sintomas de uma grave crise que assolava a sociedade brasileira, implicando questões de cunho ético, social e econômico.

A previsão acerca da situação caótica que atingiria alguns setores da vida brasileira conferia ao novo partido o direcionamento do leme que o levaria a conduzir suas ações lutando por reivindicações ainda hoje muito atuais. Desde aquela época, a agremiação já tinha inscrito em seu manifesto clamores que faziam menção explícita a muitas das reformas requeridas na atualidade,

das quais podemos citar a do Poder Judiciário; a reforma tributária, visando principalmente desenvolver a autonomia dos Estados federados e dos Municípios; a reforma agrária, defendendo a criação de uma nova estrutura fundiária, dotada de infra-estrutura que permitisse o desenvolvimento sustentável de atividades agrárias e assentamentos rurais; a reforma urbana, voltada a uma adequada política de ocupação do solo e oferta de serviços essenciais de transporte, saúde, habitação e demais serviços públicos; a reforma educacional, que priorizava a garantia do acesso à escola e ao ensino tecnológico moderno; e a reforma da saúde, naquele momento focando-se, especificamente, na garantia de que fossem assegurados à população padrões mínimos de higiene, saneamento e saúde pública preventiva, ambulatorial e hospitalar. A assistência à criança, sobretudo quanto à alimentação, e a assistência à gestante e à educação infantil também compunham o rol de propostas da agremiação, que assim firmava os seus passos no solo de uma pátria que queria muito mais do que “ordem para o povo e progresso para a burguesia”, convicta das batalhas que iria travar.

Vinte e um anos se passaram e o Partido Liberal atinge a maioria, trazendo em seu histórico muitas vitórias, embora com alguns tropeços. O cenário nacional presenciou – ainda que de modo muito mais tímido do que o esperado – traços de grande parte das reformas reivindicadas. Nosso sistema jurídico conta hoje com normas como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Defesa do Consumidor e a nossa Constituição Cidadã, que avançou largos passos rumo a uma sociedade mais igualitária. Conceitos de responsabilidade social e consumo consciente ganham sentido em nossas discussões. Nossas escolas estão muito aquém do que desejamos, mas nossas crianças, em sua imensa maioria, têm lugar garantido nas salas de aulas.

O atual panorama confronta uma situação real ainda muito distante da ideal. Consciente dessa realidade, e ao mesmo tempo em sintonia com as novas aspirações contemporâneas, o PL prossegue em seu enfrentamento democrático ressaltando objetivos novos, para os quais o fortalecimento da democracia representativa insurge-se com vigor e cuja necessidade apresenta clareza meridiana.

Assim, o Partido Liberal, certo da necessidade de incentivar a participação popular de modo mais direto e incisivo, num processo de complementação à representação democrática, reinicia um novo período, reforçando a instrução sistematizada ao cidadão como um importante caminho para a conscientização política. Muito embora a preocupação com a educação aconteça desde a sua fundação, atualmente os cursos de formação política promovidos pelo

PL são uma das grandes marcas do partido. No continente americano, antes de serem ministrados no Brasil pelo PL, apenas o Chile e a Venezuela mantinham essa prática. Na Europa, eles existem em quase todos os países ocidentais, sendo mais notáveis os desenvolvidos na Alemanha, Áustria e Itália. Em outros países, são mantidos, sobretudo, pelos partidos socialistas (inclusive os ex-partidos comunistas) e pelos democrata-cristãos. No Brasil, graças ao pioneirismo do PL, estendem-se por todo o país.

Promovidos de maneira tradicional seqüencial e a distância, são organizados pelo diretório nacional e pelos diretórios regionais (estaduais) ou municipais, tendo como meta não apenas a instrução do cidadão, mas também a capacitação dos militantes que queiram concorrer à eleição para cargos de direção em âmbito estadual ou nacional, havendo para estes a intenção de se exigir certificado dos cursos mais desenvolvidos.

Como membro e líder do Partido Liberal na Assembleia Legislativa, tenho tido a grata satisfação, junto a outros colegas da bancada e demais deputados federais, de participar da realização desses cursos, nos quais buscamos contribuir falando de nossa experiência na vida pública e do funcionamento parlamentar em nossas respectivas esferas de atuação. Afirmo tratar-se de uma experiência grandemente enriquecedora não apenas para os participantes dos módulos e palestras realizados, mas para todos aqueles que, com o apoio da direção nacional e do Instituto Álvaro Vale, atuam no processo de preparação e execução dos mesmos. Apontamos como destaque nessa ló-

gica educativa a preocupação essencialmente construtiva que o partido mantém. Isso porque os cursos de formação política são ministrados a qualquer cidadão que demonstre interesse em ter acesso a eles, não lhes sendo imputado o fato de ser ou não filiado à sigla. Desse modo, o PL avança em direção ao fortalecimento da participação popular direta, o que seguramente tem se mostrado um importante caminho para solucionar os problemas que ainda pairam sobre o nosso cotidiano político e um meio seguro no apontamento das decisões tomadas no âmbito do poder público. Essa postura encontra-se refletida também no fortalecimento dos quadros internos do partido, pois vem se consolidando como uma chave de sucesso para o seu crescimento. As eleições de 2002 comprovam essa constatação. Em meio à polarização de duas grandes vertentes partidárias no país e à retração de grandes agremiações políticas, o Partido Liberal firmou-se como um dos partidos que mais cresceram no referido pleito. Apenas no primeiro turno, elegeu 381 prefeitos em todo o território nacional, concentrando 9% desse número no Estado de São Paulo. Houve aumento de 26% na representatividade do PL nas prefeituras, com resultados que se repetiram nos Legislativos municipais. Atualmente, conta com 3.825 edis, que exercem representatividade nas Câmaras Municipais da Federação, 451 deles só no Estado de São Paulo. E assim seguimos no caminho. Procurando aprimorar os acertos e aprender com os equívocos, orgulhamo-nos de insculpir nossos esforços nos anais desta história. ■



## Cicatriz demográfica

Deputado Baleia Rossi



Baleia Rossi é deputado e líder do PMDB na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Assim como acontece em quase todos os países do planeta, no Brasil as mulheres também vivem mais do que os homens. O problema é que no nosso país essa tendência vem se acentuando de maneira alarmante nas últimas décadas. Trata-se de um fenômeno jamais visto na nossa história. No resto do mundo, as mulheres vivem, em média, quatro anos mais do que os homens. Aqui, essa diferença está se aproximando dos oito anos. Por que isso vem acontecendo? Certamente não é porque as mulheres foram mais abençoadas por Deus do que os homens.

Estudo recente divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta a principal causa, que é extremamente preocupante. O motivo principal, de acordo com o IBGE, é a violência, que faz muito mais vítimas fatais no grupo de pessoas do sexo masculino. Só a violência explica essa cicatriz no perfil demográfico nacional. E os números do instituto desnudam de maneira cruel essa chaga do tecido social tupiniquim.

Na faixa entre 20 e 24 anos, por exemplo, a mortalidade mascu-

lina no Brasil é, pasmem, quatro vezes maior do que a feminina. Em 1980, essa relação era de dois para um. A principal razão para isso está nas chamadas mortes por causas externas, que são homicídios, acidentes de trânsito, afogamentos etc.

O sexo masculino compõe aproximadamente 80% das mortes resultantes de homicídios praticados com armas de fogo e cerca de 75% das pessoas que falecem vítimas do consumo excessivo de drogas, cientificamente definido como overdose. São percentuais assustadores, que só podem ser explicados por estudos sociológicos e culturais.

Talvez o envolvimento de jovens com o mundo das drogas explique, em grande parte, esse triste fenômeno. Afinal, a cada duas horas um jovem entre 18 e 30 anos morre no Brasil, vítima da violência urbana. São quase 50 mortes estúpidas por dia. Cerca de 1,5 mil por mês. Aproximadamente 20 mil por ano. A maioria dos cidadãos inseridos nesse dramático histórico pertence ao sexo masculino. Cerca de 80% dessa chacina de jovens está ligada ao tráfico de drogas.

E o que mais revolta é saber que quem morre não é o traficante, mas sim o jovem que consome a droga. Isso ficou claro com o documentário e o livro *Falcão. Meninos do tráfico*, recentemente exibido na TV e lançado no mercado editorial, fato que reavivou, em boa hora, o debate nacional sobre o crescente envolvimento de nossas crianças e jovens com o mundo das drogas. Já passou da hora de o Poder Público e a sociedade brasileira se conscientizarem, de uma vez por todas, da gravidade desse problema.

Mas o fato concreto é que o homem se expõe muito mais do que a mulher aos perigos que a violência representa à vida. Prova disso pode ser vista na população carcerária no Brasil, predominantemente masculina, a despeito de pesquisas confiáveis apontarem o crescimento da presença feminina no mundo do crime nas últimas décadas. Na própria Fundação do Bem-estar do Menor (Febem), a população de internos é predominantemente masculina. E são as drogas que engrossam as fileiras de internos da instituição e de detentos nas penitenciárias. Nosso país não pode mais con-

tinuar maquiando essa marca demográfica. Só uma política de segurança pública eficaz e investimentos maciços em áreas sociais, como a educação poderão corrigir essa distorção que hoje existe na mortalidade masculina e feminina no Brasil. Um país como o nosso, que gasta R\$ 150 bilhões por ano só para pagar juros da dívida pública, não pode alegar que não dispõe de recursos e meios para enfrentar o desafio de eliminar essa vergonhosa cicatriz demográfica.

Em geral, são eventos extraordinários, como guerras, que promovem grandes desproporções no índice de mortalidade entre os sexos nos grupos jovens. E, neste momento, esse conceito também faz todo sentido no território nacional, onde a escalada da violência tem transformado as grandes e médias cidades em palcos de uma verdadeira guerra urbana. ■



## A responsabilidade da denúncia

Deputado Antonio Salim Curiati



**Antonio Salim Curiati é deputado e líder do PP na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**

Atônitos, assistimos, diariamente, às mais variadas tragicomédias! A falta de moral nos assola e a corrupção, uma chaga maldita, nos devasta. Infelizmente, o homem desfigurou sua própria imagem, levado pela ânsia de poder, pela competição sem limites, pela dificuldade de conviver com seus iguais (só porque pensam de forma diferente da sua), pela ambição, pela sede irrefreada de lucrar ou pelo mero prazer de difamar.

Todos os envolvidos na prática da corrupção, ativa ou passiva, devem ser apontados e punidos com a maior severidade. No entanto, existe um importante detalhe que não deve jamais ser esquecido: para expor alguém à execração pública é preciso que o acusador apresente provas concretas. Por isso, um juiz não pode ser apressado na condução de um processo, não pode estar comprometido com nenhum esquema, não pode tomar partido. Se fugir a essas exigências será um desleal a mais no universo dos que corrompem ou dos que se deixam corromper. Para isso é que existe a Justiça, que deve cumprir o seu papel máximo de punir o culpado, o corrupto e castigar o difamador.

Nesse sentido, é muito importante que o cidadão cultive a virtude da prudência, para não se deixar enganar pela

primeira lágrima, para não se envolver com interesses corporativos menores que agridem o viver em comum; nem permitir que o ódio, o espírito de vingança ou a pressa acabem por fazer voltar contra ele próprio o rigor da lei, pois é líquido e certo que aquele que não tem provas a apresentar deve arcar com o ônus da reparação pública por danos morais, assim como do ressarcimento pecuniário por danos materiais de sua vítima.

A denúncia inconsistente, prato apreciado pelos irresponsáveis, deixa manchas difíceis de limpar na honra do denunciado, prejudicando o seu trabalho, sua vida familiar, seu desempenho na sociedade. Isso acontece porque, mesmo que fique evidente a precariedade da prova e, pois, a inconsistência da acusação, mesmo que resultem para o acusador as penas que ele reivindica para o acusado, quase sempre fica no ar a insidiosa presença da dúvida.

Todo cidadão tem o direito garantido de apresentar uma denúncia desde que esteja abastecido de provas consistentes.

Infelizmente, nem sempre se pode voltar atrás, nem sempre há como corrigir o que foi feito de errado, ou o que deixou de ser feito e causou grandes amarguras, aflições e máculas; mas o importante é jamais se negar a fazê-lo! ■



## Interação produtiva

**Deputado Arnaldo Jardim**



**Arnaldo Jardim é deputado e líder do PPS na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**

São Paulo já conta com uma Política Estadual de Resíduos Sólidos. Talvez para a maioria, essa denominação não expresse o tamanho do desafio – implantar uma política pública consistente e exequível de tratamento e destinação do lixo que produzimos todos os dias. Afinal, vivemos em uma sociedade consumista, em que nos preocupamos em comprar e não com o descarte dos produtos que não apresentam mais utilidade.

O reflexo disso todos nós conhecemos: são lixões a céu aberto, efluentes industriais que contaminam nossos rios e lençóis freáticos, as enchentes causadas pelo acúmulo de entulho nas galerias de esgoto, os surtos de dengue por conta do descarte inadequado de pneus usados etc. Em suma, a questão do lixo não se resume a sujeira ou restos, trata-se de um problema de saúde pública, de preservação dos nossos recursos hídricos e do solo, de saneamento básico e, por fim, da herança que queremos deixar para os nossos filhos.

Diante desse desafio, aproveitei a oportunidade para destrinchar os bastidores da elaboração da Política Estadual de Resíduos Sólidos, pautada por uma interação perma-

nente e bem-sucedida entre vários partidos, órgãos públicos e a sociedade civil organizada.

Há três anos, formamos na Assembléia Legislativa um grupo de trabalho suprapartidário, do qual fui presidente, com oito parlamentares de diferentes partidos. Nesse período, promovemos nove eventos públicos, entre audiências e seminários específicos, contando com a participação dos vários segmentos socioeconômicos, organizações não-governamentais, órgãos do poder público, o meio acadêmico, pesquisadores e estudiosos da matéria, enfim, uma parcela expressiva da sociedade civil organizada – ao todo, foram 54 entidades que contribuíram para a elaboração dessa legislação.

Além dos eventos públicos, destaco também o papel fundamental do site da Assembléia Legislativa, que se configurou como um elo entre o grupo de trabalho e a sociedade civil. Nele, no ícone “Resíduos sólidos”, divulgávamos informações sobre nossas atividades e recebíamos centenas de visitas com sugestões. Foi um motivo de satisfação muito grande, pois é a maneira pela qual, acredito, se faz a boa política, convergindo interesses partidários

e compartilhando responsabilidades com a sociedade.

Esse sistema dinâmico e altamente desejável revela, por um lado, a saúde dos mecanismos democráticos, mas impõe-nos, por outro lado, sérias responsabilidades. Em suma, parte das sugestões eram divergentes e algumas antagônicas entre si; outras diziam respeito a minúcias técnicas, cujo acolhimento em texto legal não era recomendável, uma vez que o nosso propósito não era invadir a seara dos especialistas e pesquisadores, mas delinear diretrizes para uma política de resíduos sólidos exequível.

Durante os trabalhos, chegamos à conclusão de que a questão dos resíduos sólidos era de competência preponderantemente municipal, mas nos preocupamos em preservar as realidades distintas de cada cidade. Por isso, resistimos aos impulsos de descer aos detalhes próprios de regulamento ou de normas técnicas e restringimo-nos a fixar diretrizes para equacionar o problema dos resíduos.

Assim, nasceu a Lei 12.300/2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, sancionada pelo então governador Geraldo Alckmin, no início do ano, e que colo-

cou São Paulo na vanguarda das discussões sobre o tema.

Esse processo de construção participativa resultou na criação de mecanismos inovadores, que podem ser implantados via informática, consolidando no âmbito da administração paulista a experiência bem-sucedida do “governo eletrônico”. Em resumo, essa nova legislação estabelece: a criação do Sistema Declaratório – instrumento pelo qual será possível fazer o mapeamento, o planejamento e o controle do lixo gerado –, que teve como objetivo primordial acabar com os aterros e lixões clandestinos e com as empresas coletoras não-credenciadas; a inserção de catadores, associações e cooperativas no processo de coleta, separação e comercialização dos resíduos urbanos recicláveis; a promoção da educação ambiental para geradores e o consumidor final, no sentido de estimular a reutilização, a reciclagem e a redução dos resíduos; além de propor a criação do Fundo Estadual de Resíduos Sólidos para financiar projetos de reciclagem nos municípios e promover a participação da sociedade, com a possibilidade de conceder incentivos fiscais e tributários, além de fomentar a

pesquisa e a implementação de novas tecnologias ecologicamente corretas.

Em meio à ausência de uma política nacional sobre a destinação e tratamento de resíduos sólidos, que patina há décadas nos corredores do Congresso Nacional, o Estado de São Paulo apresenta uma proposta inovadora, que pode servir de exemplo para outras unidades federativas do Brasil. Mas para que isso seja possível é fundamental a manutenção de um esforço coletivo, envolvendo a sociedade civil organizada, a iniciativa privada e os órgãos públicos, no sentido de implantarmos todos os aspectos dessa lei, que expõe um olhar para o futuro do nosso país. ■



## Nova liderança

### Bancada do PPS



**Vinícius Camarinha é deputado e líder do PSB na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**

Vinícius Camarinha assumiu a liderança do Partido Socialista Brasileiro em 29 de março, sucedendo o deputado Jonas Donizette. “Até o final de 2006, serei o membro do PSB com a responsabilidade de discutir projetos e leis de interesse da população no Colégio de Líderes. É uma grande honra, fui eleito o deputado mais jovem da história do Estado de São Paulo e agora vou poder também representar os companheiros de partido naquele colegiado”, disse Vinícius.

“O partido estará bem representado no Colégio de Líderes. O deputado é jovem, preparado e respeitado por todos os parlamentares. Confiamos muito no deputado Vinícius”, afirmou Jonas Donizette. “Participarei diretamente de todos os assuntos polêmicos ou que tenham a necessidade da discussão dos líderes, com o cuidado de opinar conforme o interesse da população e das diretrizes do meu partido”, concluiu Vinícius.

Atento às necessidades dos vários segmentos da sociedade, o deputado protocolou o Projeto de Lei 170/2006, que determina a cobrança diferenciada de pedágio para caminhões que trafegam

com eixos elevados. Segundo o parlamentar, um mecanismo presente nesses veículos permite a elevação de um eixo traseiro, diminuindo o número de rodas em contato com o solo. Dessa forma, evita o desgaste dos pneus e dos componentes mecânicos quando o veículo está vazio. Como consequência, os danos causados às rodovias também são menores.

A cobrança do pedágio é feita conforme o número de eixos. Se aprovado o projeto, o cálculo da tarifa passará a considerar somente os eixos em contato com o solo. A proposta abrange as rodovias estaduais.

Na justificativa do projeto, o deputado explica que “contraria a lógica e mesmo o princípio da isonomia, considerando-se o diferente impacto que causam sobre o leito da rodovia, dispensar tratamento idêntico aos veículos que estão com sua capacidade máxima e àqueles que estão com redução de seu peso, o que lhes permite dispensar o uso de alguns de seus eixos”.

Para Vinícius, além de garantir economia ao final da viagem, a aprovação do projeto deve incentivar o transporte rodoviário. ■



## Redução dos impostos

Deputado Ricardo Tripoli



Ricardo Tripoli é deputado e líder do PSDB na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

A lei zerando o ICMS do trigo e seus derivados de consumo mais popular – como o pão, o macarrão e a bolacha – e a redução de impostos estaduais em diversas outras áreas vêm, mais uma vez, demonstrar na prática os efeitos da forma séria com a qual a questão tributária é tratada pela bancada do PSDB. Essa redução de impostos, destaca o líder da bancada do PSDB na Assembleia Legislativa, Ricardo Tripoli, não teria sido possível sem uma atuação firme dos deputados na construção de um arcabouço legal moderno para São Paulo, permitindo a redução dos gastos públicos e, em consequência, a diminuição dos impostos e ampliação dos investimentos.

“Muitos fazem discursos prometendo a redução da carga tributária, mas nós tivemos a coragem de ir contra a corrente da demagogia e garantir a redução dos gastos, a eliminação dos privilégios, o controle dos desperdícios e o aumento da eficiência, que a tornaram possível”, afirma Tripoli. A Assembleia Legislativa já aprovou a redução de impostos em mais de 25 itens. Produtos escolhidos não arbitrariamente, mas segundo uma política consistente, visando,

de um lado, produtos de consumo popular e, de outro, insumos, como o álcool combustível. Não são promessas, mas ações efetivas que já foram realizadas e agora se estendem também ao trigo e seus derivados, ampliando a redução ou eliminação do ICMS para a cesta básica.

Essa política de redução de impostos não é fruto do acaso ou demagogia, mas o resultado de um grande esforço desenvolvido há 12 anos para modernizar a administração, manter as finanças públicas em ordem, reduzir e eliminar os gastos supérfluos, aumentar a eficiência da máquina pública. “Ainda que o Executivo tenha participado desse processo e na maioria das vezes tenha tomado a iniciativa, o suporte parlamentar às medidas foi fundamental, ainda mais quando se tratava de tomar decisões que à primeira vista eram impopulares”, comenta Tripoli.

Antes de existir a Lei de Responsabilidade Fiscal, a bancada já tinha uma visão da necessidade de construir mecanismos legais e dar suporte a uma gestão responsável, constata o líder da bancada. A redução de impostos, na avaliação dele, foi possível porque, por



Parte da bancada do PSDB na Assembleia Legislativa, em reunião de trabalho

meio do debate, da persuasão e da aplicação de argumentos técnicos, a bancada, com o apoio de outras forças políticas, conseguiu vencer uma cultura política antiquada, que não entendia que há problemas ilimitados para serem resolvidos com recursos limitados.

Tripoli destaca também inúmeras iniciativas voltadas para a modernização do processo de arrecadação, como o licenciamento de veículos pela internet. “Praticamos

uma política fiscal inteligente, que usa da tecnologia para combater a sonegação, do planejamento para impedir que os impostos estrangulem a produção, da justiça social para garantir que os tributos não pesem sobre os ombros dos mais pobres. Impossível também não destacar a postura coerente no sentido da desburocratização do relacionamento fiscal com as pequenas microempresas”, comenta o líder da bancada. ■



## Pés no chão e olhos no horizonte

Deputado Campos Machado



Campos Machado é deputado e líder do PTB na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Às vezes, pergunto-me: o que é um partido político? Estará ele, como diz o poeta, sentado numa mesa com telefone? Serão secretas as suas idéias, desconhecidas as suas resoluções? Quem será ele?

A verdade, em resposta para essas indagações, deixando de lado velhas e conhecidas considerações, é que um partido não pode nem deve ser apenas ideológico, pragmático ou voltado para um passado, com atrasadas denominações – de esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita, direita, e, até mesmo, de extremaesquerda ou de extremadireita, numa linguagem mais apropriada para os Luxemburgos, os Leões e os Parreiras...

Não se aceita mais a idéia de um partido político servir, unicamente, como instrumento, pelo qual, homens e mulheres disputam eleições para vereança, deputação e cargos de governo. Não há lugar para partidos políticos frios como mármore, que não possuam alma e coração. Partido político, ao lado de uma destinação específica, precisa ser aberto aos sentimentos. Deve gerar amizade, carinho, afeto, apreço, res-

peito, dedicação e amor.

O filiado de um partido político não deve ser considerado um número, que só serve para participar de convenções destinadas à escolha de diretórios ou de candidatos, e depois é descartado como se fosse uma seringa ou um copo de papel. Um partido precisa e deve ser uma família, uma grande família, onde todos comunguem nos mesmos sonhos e ideais.

O PTB, no Estado de São Paulo, vem conseguindo enxergar os caminhos de um verdadeiro partido. Sob o lema poético de que “um partido político sem mulher não passa de um jardim sem flores e de um céu sem estrelas”, encontrou a senha para atrair a participação das mulheres na vida político-partidária, criando a Associação das Mulheres Trabalhistas (Amtesp), hoje com mais de cem núcleos no Estado e 20 mil mulheres, o maior movimento feminino de São Paulo. Entendendo a extrema importância do envolvimento dos jovens com a política, criamos a Associação dos Jovens Trabalhistas (Ajutra), que já conta com mais de 120 núcleos e consegue, magicamente, conciliar política, lazer e trabalho so-

cial. Enfrentando um preconceito que muitos fingem não existir, o PTB, em São Paulo, tem a Associação Trabalhista dos Afrodescendentes (Atade). Por meio de um trabalho de conscientização e valorização, vive a alegria de espalhar núcleos pelo Estado.

Criamos também a Associação Trabalhista de Defesa dos Interesses dos Portadores de Deficiência Física (Atradef). Segundo dados do IBGE, há no país 14,5% de pessoas portadoras de alguma deficiência física. E não ficamos aí, preocupados com a importância do esporte na formação do jovem e no complemento da cidadania: criamos a Associação Trabalhista dos Desportistas, com o objetivo de abrir o partido para todas as classes, de maneira que não seja mais visto algo inaceitável ou instrumento unicamente eleitoral.

Não poderíamos, ainda, deixar à margem do nosso partido o professor, que em sua atividade incansável, e às vezes sem o merecido reconhecimento, não tem um fórum onde possa discutir a sua atividade como um todo. Por isso, idealizamos a Associação Trabalhista de Mestres e Pro-

fessores no Estado de São Paulo (Atrampesp). Ao mesmo tempo, criamos a Associação Trabalhista de Apoio e Defesa dos Interesses dos Nordestinos (ATN), que representa uma das camadas mais importantes da população paulista. É inegável a contribuição que os nordestinos, ao longo dos anos, vêm dando para o engrandecimento do nosso Estado.

A verdade é que o PTB tem fé em uma atividade política com esteio nos fundamentos de uma verdadeira família. Conseqüência disso é que o partido, dentre outras coisas, reuniu em suas hostes desde consagradas lideranças da Renovação Carismática até expoentes políticos evangélicos e suas maiores lideranças religiosas no Brasil, os quais, por suas profissões de fé, comungam com o Partido na busca de uma nação justa, repleta de paz e abençoada por Deus.

Por isso, estamos convencidos que, num futuro não distante, o PTB, como partido político, saberá indicar o melhor caminho para uma igualdade social e para uma vida onde não faltem liberdade, direito, amor, justiça e democracia. ■



## Alternativa sustentável

**Deputado Afonso Lobato**



**Afonso Lobato é deputado e líder do PV na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**

Já está em vigor a Lei 11.879, de 21/1/2005, que cria a Política Estadual de Incentivo às Microdestilarias de Álcool e Beneficiamento de Produtos Derivados da Cana-de-Açúcar, de autoria da bancada do Partido Verde na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Os deputados Ricardo Castilho, Giba Marson e o atual líder da bancada, Padre Afonso Lobato, elaboraram o Projeto de Lei 3/2004 com o objetivo de buscar alternativas para a geração de emprego e renda nas regiões do Estado com potencial para a produção da cana-de-açúcar.

A idéia é incentivar a implantação e o desenvolvimento das microdestilarias de álcool e fábricas de beneficiamento dos produtos derivados da cana-de-açúcar, como melado, açúcar mascavo, rapadura e garapa. A nova lei prevê o aproveitamento da vinhaça para a fertilização do solo ou produção de biogás, além da utilização da palha e do bagaço da cana para a fabricação de ração animal ou para a produção de eletricidade em pequenas usinas.

A proposta da bancada do PV atende aos conceitos programáticos do partido, que visam garantir o desenvolvimento regional sustentável, integrando a produção agrícola-

la, o beneficiamento e as práticas de conservação e sustentabilidade do meio ambiente.

A Política Estadual de Incentivo às Microdestilarias de Álcool dá prioridade aos agricultores familiares, aos pequenos e médios produtores rurais, à mão-de-obra em regime de parceria, aos meeiros, comodatários, arrendatários rurais e aos assentados em projetos de reforma agrária.

Nesse sentido, a lei atribui ao Estado o incentivo, as linhas de crédito, a pesquisa e a extensão rural, a capacitação dos trabalhadores, o estímulo tributário, além da busca de parcerias com outras entidades, públicas ou privadas, para maximizar a produção e promover a colocação dos produtos no mercado consumidor, com qualidade garantida por meio de um selo de identificação.

A nova lei permitirá que o incremento das atividades no âmbito regional possa representar uma importante contribuição para a economia e o desenvolvimento de todo o Estado de São Paulo, conforme preconiza um dos principais valores defendidos pelo Partido Verde: agir localmente para transformar globalmente. ■



## Pela altivez do Legislativo Paulista

Deputado Enio Tato



**Enio Tato é deputado e líder do PT na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**

A Assembléia Legislativa de São Paulo há um ano deu um salto de autonomia, com a eleição da Mesa Diretora, que é responsável pelos eixos de atuação do Parlamento paulista. Em meados de março de 2005, quando ocorreu a eleição, o sentimento predominante entre os deputados era de desânimo frente à pesada mão do Executivo que coibia quase toda iniciativa parlamentar. Por anos, a presidência da Assembléia foi dirigida pelos tucanos que se subordinavam às diretrizes estabelecidas pelo governador, que eram seguidas à risca, com pequeno ou - em alguns momentos - nenhum espaço de negociação e acordo.

Assim que assumiu o comando do Estado, Alckmin montou toda uma rede de blindagem ao seu governo na Assembléia. Seus emissários passaram a ocupar a condução das principais Comissões Temáticas e compor uma base de sustentação numa espécie de simbiose entre Legislativo e Executivo, de tal forma que o segundo poder sempre se sobrepôs. Com o passar dos anos, esse estranho tipo de relacionamento se esgarçou e culminou na reação que elegeu a atual Mesa Diretora do Parlamento Paulista.

O rompimento do domínio do ex-

governador aconteceu no movimento da maioria dos deputados que se debelou em prol da autonomia do Poder Legislativo. A partir de então, inúmeras iniciativas recolocaram a atuação legislativa em evidência, como por exemplo, do Orçamento Estadual, que pela primeira vez na história de São Paulo, promoveu no ano passado 49 audiências públicas regionais, que resultaram em mais de 200 emendas regionais e possibilitaram a discussão democrática da aplicação dos recursos estaduais.

O governo rechaçou a participação popular nas discussões da realidade vivida pela população paulista, não quis acatar as demandas destacadas nas Audiências e resistiu nas negociações de aperfeiçoamento do Orçamento estadual. A pouca habilidade política do Executivo para o diálogo e entendimento, resultou no fato inédito: pela primeira vez na história de São Paulo um governador encerrou o ano sem aprovar sua proposta Orçamentária, que há anos tem uma parcela de ficção, provocada pela subestimação da arrecadação.

Esta simbólica derrota do governo tucano pode ser notada também na maior frequência dos Secretários



**Bancada do PT na ALESP  
recebe o senador Aloízio  
Mercadante**

de Estado nas Comissões Temáticas da Assembléia, onde têm sido inquiridos pela bancada petista, quanto às questões pertinentes aos investimentos dos recursos públicos, indícios de desvios e denúncias de irregularidades. Exemplo mais recente foi o escândalo da Nossa Caixa. Apesar das manobras regimentais adotadas pela base tucana, a Assembléia convocou o presidente do Banco, Carlos Eduardo Monteiro, e o ex-gerente de Marketing, Jaime de Castro Jr., para esclarecerem as denúncias de que a instituição pagou R\$ 48 milhões para as agências de publicidade Full Jazz e Colucci, durante 22 meses, período em que as empresas estavam com os contratos vencidos.

As irregularidades na gestão Alckmin, podem ser verificadas em

vários segmentos de sua administração, que emergem em alguns momentos com as denúncias apontadas pela bancada petista e por outras vezes vêm à tona ainda que de maneira tímida pela mídia, mas infelizmente sem a devida apuração. As irregularidades em seguida são camufladas pela força das garras tucanas, que sufocam o potencial investigativo.

Atualmente o governo Alckmin é alvo de 68 pedidos de CPIs protocolados na Assembléia Legislativa, desde 2003. Todos estes pedidos estão calcados em fatos, denúncias e suspeitas de desvios e malversação dos recursos públicos, além das irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado, como nos 800 processos que foram arquivados na Comissão de Finanças

e Orçamento, quando estava sob a direção dos tucanos.

A grande maioria dos processos é referente a irregularidades nos contratos da CDHU, que assim como as obras do Rodoanel e da Calha do Tietê também estão marcados por suspeitas de superfaturamentos e flagrantes desrespeito à lei de licitações, com os freqüentes aditamentos nas parcas obras realizadas pela administração tucana. Este “modus operandi” dos tucanos, em São Paulo, foi danoso ao Estado. Encolheu sua participação como carro - chefe no desenvolvimento econômico do país, tolheu a ação das instituições democráticas de São Paulo, além de penalizar a sociedade paulista com o sucateamento dos serviços de educação, saúde e segurança pública.

## PRB Saúde da mulher: uma prioridade

Deputada Maria Almeida



**Maria Almeida é deputada e líder do PRB na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**

Quando eleita deputada estadual, em 2002, cheguei à Assembléia com vários projetos em mente que poderiam contribuir com a legislação já existente, estreitando os laços da população com seus direitos.

Em especial atenção, tinha os aspectos preventivos no tocante à saúde da mulher, principalmente a da periferia, cuja realidade de vida e dificuldades do cotidiano de mãe, provedora do lar, esposa abandonada etc., historicamente a conduziram para outras prioridades que não a de zelar por sua saúde.

Por isso, em geral, o contato mais próximo dessa mulher com a área da saúde se dá, ainda hoje, pela gravidez, no momento do parto ou em caso de complicações. Ela desconhece a necessidade de exames ginecológicos preventivos, as vantagens do pré-natal, a existência de um programa de planejamento familiar e de educação sexual.

Em um universo de possibilidades amplas de prevenção contra o câncer de mama ou de colo de útero e pela gravidez segura, pensar nas elevadas estatísticas de óbitos femininos, relatados em todo o nosso país, me levou a desencadear ações junto a esse segmento da população, com vistas a incentivar a tão neces-

sária conscientização, educação e mobilização para estabelecer um relacionamento mais próximo entre a medicina e a mulher carente.

Concomitante a esse trabalho de campo, a elaboração de projetos de lei que respaldem e agilizem o atendimento dessa população nos hospitais tem sido outra iniciativa de sucesso, já que passamos a contar com a Lei 12.280/2006, que determina que óbitos relacionados a gravidez e parto sejam notificados à Secretaria da Saúde.

Oriunda de um dos meus projetos, a lei oferece uma oportunidade de mensurar e também relacionar as causas dessas mortes com fatores hereditários, congênitos, que doravante poderão ser, antecipadamente, identificados e tratados.

O conjunto dos esforços despendidos dentro e fora desta Casa só tem viabilizado as condições necessárias para que, ao longo do tempo, a sociedade se sinta mais segura e amparada, algo que não acontece do dia para a noite, mas com muito trabalho e envolvimento de todos.

O importante é que estamos todos – legisladores, governo, médicos e população – na busca por soluções que melhorem a qualidade de vida dos cidadãos. ■



## Acupuntura na saúde pública

**Deputado Said Mourad**



**Said Mourad é deputado e líder do PSC na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**

Audiência pública realizada na Assembleia, em 10 de março, sob a presidência do deputado Said Mourad (PSC), debateu projeto de lei de sua autoria que autoriza o Executivo a criar o serviço de acupuntura no âmbito do serviço público estadual de saúde. O PL 108/2005 aguarda votação em plenário.

A polarização entre os que consideram que esse tipo de terapia deve ser aplicado apenas por profissionais médicos e os que defendem que técnicos possam utilizá-lo no tratamento de doentes tomou conta do debate e acirrou os ânimos. A questão, segundo declarações dos próprios debatedores, é recorrente.

De um lado, representantes do Conselho Federal de Medicina (CFM) e outras associações médicas defendem que somente profissionais de saúde de nível universitário devem ter competência para seu exercício. De outro, profissionais de formação técnica são enfáticos em afirmar que há cursos de nível médio que prepararam adequadamente os terapeutas. Entre os próprios médicos não há consenso. Wu Kwang é prova disso. O médico, que atende no Hospital das Clínicas de São Paulo, formado em medicina do trabalho e administração hospitalar, revelou que res-

ponde a sete processos apresentados contra ele pelo CFM pela defesa de suas idéias. Kwang acredita que a prática da acupuntura não deve ser restrita a profissionais de nível universitário, embora tenha destacado que 90% dos que aplicam esse tratamento tenham formação na área da saúde, e que é possível formar técnicos de nível médio competentes para o atendimento à população.

Já Rui Yukimatsu Tanigawa, da Associação Médica Brasileira de Acupuntura (Amba), crê que para um diagnóstico apropriado e o consequente tratamento eficiente são necessários conhecimentos clínicos que só um médico adquire ao longo de sua formação.

A polêmica acabou sendo estendida ao teor do projeto, que cria o serviço de acupuntura no serviço público estadual. Médicos ou não, a maioria defendeu sua aprovação e parabenizou o deputado Said Mourad pela iniciativa. Um pequeno grupo teme que sua aprovação neste momento leve a um atendimento precário, colocando em risco a saúde da população.

O deputado Said enfatizou que a proposta é difundir a prática da acupuntura e fazer com que chegue à população que utiliza os serviços públicos. ■

## Precisamos avançar ainda mais



**Edson Aparecido é deputado pelo PSDB e líder do Governo na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**

Em 2005, a Assembléia Legislativa de São Paulo deu um grande exemplo para o país. Graças ao empenho de todos os partidos, a Casa aprovou 67 projetos de lei de autoria do Executivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Estado. Foram propostas de grande importância, como a isenção e redução de alíquotas do ICMS para diversos produtos, a criação da Defensoria Pública Estadual, a ampliação da área de atuação da Sabesp, a expansão do crédito para as microempresas, o bônus para professores e servidores da educação, entre outras e iniciativas de grande repercussão. Há que se destacar também que o Legislativo aprovou inúmeros projetos relevantes de parlamentares, beneficiando a população paulista.

Conscientes do papel que ocupam, os deputados paulistas não se furtaram ao seu principal compromisso com a sociedade: fazer leis que redundem na ampliação de oportunidades sociais, na melhoria da qualidade de vida da população e na criação de condições para o desenvolvimento econômico do Estado.

Mas precisamos avançar ainda

mais nas conquistas implementadas nos últimos 12 anos de gestão do PSDB. Agora, sob o comando do governador Cláudio Lembo, São Paulo, com certeza, irá adotar uma série de medidas que vão consolidar ainda mais a pujança do nosso Estado. E, para que isso aconteça, precisamos que prevaleça o clima de entendimento que sempre norteou a atuação da Liderança do Governo, do presidente da Casa, Rodrigo Garcia, do Colégio de Líderes e da base aliada, em prol da população paulista.

Em 2006, devemos evitar que as legítimas disputas políticas próprias de um ano eleitoral ofusquem e emperrem o bom andamento das propostas do Executivo. Sabemos que a oposição, e em especial o PT, tem divergências em relação ao modo de governar do PSDB e do PFL. Mas que essa postura não resulte em prejuízos ao nosso Estado. Devemos ficar alertas para preservar os avanços conquistados nos últimos 12 anos, período em que foram saneadas as contas do Estado de São Paulo, que conseguiu ainda recuperar a sua capacidade de investimento.

Nesse período, também foi possível a criação de 20 novos hos-

pitais, com um aumento de 3.826 leitos hospitalares. Tivemos a queda da mortalidade infantil, da gravidez na adolescência, ampliamos o Programa Dose Certa, que só no ano passado distribuiu 1,5 bilhões em medicamentos. São 40 tipos de remédios distribuídos em 645 municípios.

O saneamento do Estado permitiu também o aumento nos investimentos em educação. São Paulo gasta mais que os 30% de investimentos determinados em lei. Os benefícios estão provados nos números cada vez melhores da educação paulista. Houve queda significativa na evasão escolar. Em 2005, por exemplo, 89,9% dos jovens de 15 a 17 anos cursaram o ensino médio e 99,1% dos meninos e meninas de 7 a 14 anos freqüentaram o ensino fundamental. Programas como a Rede do Saber, Bônus da Educação e Escola da Família valorizaram os profissionais e aproximaram a sociedade da escola. Isso sem falar na USP da Zona Leste, nas 13 novas ETEs e nas 19 Fatecs criadas nesse período.

O rigor no gasto dos recursos públicos gerou muitos outros benefícios aos paulistas. Entre os principais, estão o rodoanel, a nova

calha do Tietê, a ampliação do metrô, o maior programa de casas populares da América Latina etc. São Paulo investiu pesado em infra-estrutura, gerando empregos e condições para a indústria produzir. Ao mesmo tempo iniciou um programa audacioso de redução de impostos, desonerando os setores produtivos. O resultado foi o aumento da arrecadação e o aquecimento da economia. Para se ter uma idéia da importância dessas medidas, em 2004, enquanto o PIB do Brasil cresceu 4,9%, abaixo da média mundial (5,1%), São Paulo ostentou a marca de 7,6%.

Para este ano, o governo Lembo recebeu um Orçamento, aprovado pela Assembléia, que prevê mais de R\$ 9 bilhões em investimentos em diversas áreas. Com sua competência, o governador dará continuidade a esse projeto, que é um grande orgulho para todos nós.

É também preciso ter claro que o Estado de São Paulo tem um peso vital na economia nacional. Como deputados, temos consciência de nossas atribuições como representantes legítimos da população paulista. Nossa responsabilidade é fazer com que o Parlamento exercite uma de suas mais nobres

funções, que é a de formular leis e aprová-las quando houver interesse público.

Aliás, a Assembléia sempre se comportou de forma republicana e nunca se furtou a desempenhar o seu papel. Por isso, é com grande expectativa que vamos trabalhar para juntos fazer o Parlamento paulista ser novamente, em 2006, um orgulho para todo o país. ■

# Estes são os deputados estaduais de São Paulo

deputado	partido	e-mail
<b>Adilson Barroso</b>	PSC	adilsonbarroso@al.sp.gov.br
<b>Adriano Diogo</b>	PT	adiogo@al.sp.gov.br
<b>Afanasio Jazadji</b>	PFL	deputadoafanasio@al.sp.gov.br
<b>Afonso Lobato</b>	PV	padreafonso@al.sp.gov.br
<b>Alberto Turco Loco Hiar</b>	PSDB	turcoloco@al.sp.gov.br
<b>Aldo Demarchi</b>	PFL	ademarchi@al.sp.gov.br
<b>Ana do Carmo</b>	PT	anadocarmopt@al.sp.gov.br
<b>Analice Fernandes</b>	PSDB	afernandes@al.sp.gov.br
<b>Anna Martins</b>	PCdoB	amartins@al.sp.gov.br
<b>Antonio Mentor</b>	PT	amentor@al.sp.gov.br
<b>Antonio Salim Curiati</b>	PP	scuriati@al.sp.gov.br
<b>Arnaldo Jardim</b>	PPS	ajardim@al.sp.gov.br
<b>Arthur Alves Pinto</b>	PL	aapinto@al.sp.gov.br
<b>Baleia Rossi</b>	PMDB	baleiarossi@al.sp.gov.br
<b>Beth Sahaõ</b>	PT	bsahaõ@al.sp.gov.br
<b>Campos Machado</b>	PTB	cmachado@al.sp.gov.br
<b>Cândido Vaccarezza</b>	PT	cvaccarezza@al.sp.gov.br
<b>Carlinhos Almeida</b>	PT	carlinhos@carlinhos.org
<b>Carlos Neder</b>	PT	carlosneder@al.sp.gov.br
<b>Célia Leão</b>	PSDB	cleao@al.sp.gov.br
<b>Celino Cardoso</b>	PSDB	ccardoso@al.sp.gov.br
<b>Conte Lopes</b>	PTB	clopes@al.sp.gov.br
<b>Coronel Ubiratan</b>	PTB	coronelubiratan@al.sp.gov.br
<b>Donisete Braga</b>	PT	dpbraga@al.sp.gov.br
<b>Duarte Nogueira</b>	PSDB	duartenogueira@al.sp.gov.br
<b>Edmir Chedid</b>	PFL	echedid@al.sp.gov.br
<b>Edson Aparecido</b>	PSDB	eaparecido@al.sp.gov.br
<b>Edson Ferrarini</b>	PTB	eferrarini@al.sp.gov.br
<b>Edson Gomes</b>	PP	egomes@al.sp.gov.br
<b>Eli Corrêa Filho</b>	PFL	ecorreia@al.sp.gov.br
<b>Ênio Tatto</b>	PT	eniotatto@al.sp.gov.br
<b>Fausto Figueira</b>	PT	ffigueira@al.sp.gov.br

deputado	partido	e-mail
<b>Geraldo "Bispo Gê" Tenuta</b>	PFL	bispoge@al.sp.gov.br
<b>Geraldo Lopes</b>	PMDB	geraldolopes@al.sp.gov.br
<b>Geraldo Vinholi</b>	PDT	geraldovinholi@hotmail.com
<b>Giba Marson</b>	PV	gibamarson@al.sp.gov.br
<b>Gilson de Souza</b>	PFL	deputado@gilsondesouza.com.br
<b>Hamilton Pereira</b>	PT	hpereira@al.sp.gov.br
<b>Havanir Nimtz</b>	PSDB	havanir@al.sp.gov.br
<b>Ítalo Cardoso</b>	PT	italopt@uol.com.br
<b>João Caraméz</b>	PSDB	jcaraméz@al.sp.gov.br
<b>Jonas Donizette</b>	PSB	jdonzette@al.sp.gov.br
<b>Jorge Caruso</b>	PMDB	jcaruso@al.sp.gov.br
<b>José Bittencourt</b>	PDT	jbittencourt@al.sp.gov.br
<b>José Caldini Crespo</b>	PFL	jccrespo@al.sp.gov.br
<b>José Carlos Stangarlini</b>	PSDB	jcstangarlini@al.sp.gov.br
<b>José Dilson</b>	PDT	jdilson@al.sp.gov.br
<b>José Zico Prado</b>	PT	gabinete@josezico.com.br
<b>Luis Carlos Gondim</b>	PPS	lcgondim@al.sp.gov.br
<b>Marcelo Bueno</b>	PTB	mbueno@al.sp.gov.br
<b>Maria Almeida</b>	PRB	madantas@al.sp.gov.br
<b>Maria Lucia Amary</b>	PSDB	mlamary@al.sp.gov.br
<b>Maria Lúcia Prandi</b>	PT	mlprandi@al.sp.gov.br
<b>Mário Reali</b>	PT	mreali@al.sp.gov.br
<b>Marquinho Tortorello</b>	PPS	mtortorello@al.sp.gov.br
<b>Mauro Bragato</b>	PSDB	mbragato@al.sp.gov.br
<b>Mauro Menuchi</b>	PSB	mmenuchi@al.sp.gov.br
<b>Milton Vieira</b>	PFL	mvieira@al.sp.gov.br
<b>Nivaldo Santana</b>	PCdoB	gabinete@nivaldosantana.com.br
<b>Orlando Morando</b>	PSDB	omorando@al.sp.gov.br
<b>Palmiro Mennucci</b>	PPS	palmiro@al.sp.gov.br
<b>Paschoal Thomeu</b>	PTB	pthomeu@al.sp.gov.br
<b>Paulo Sérgio</b>	PV	psergio@al.sp.gov.br
<b>Pedro Tobias</b>	PSDB	ptobias@al.sp.gov.br



deputado	partido	e-mail
<b>Rafael Silva</b>	PDT	rsilva@al.sp.gov.br
<b>Renato Simões</b>	PT	rsimoes@al.sp.gov.br
<b>Ricardo Castilho</b>	PV	rcastilho@al.sp.gov.br
<b>Ricardo Tripoli</b>	PSDB	rtripoli@al.sp.gov.br
<b>Roberto Alves</b>	PTB	ralves@al.sp.gov.br
<b>Roberto Engler</b>	PSDB	rengler@al.sp.gov.br
<b>Roberto Felício</b>	PT	rfelicio@al.sp.gov.br
<b>Roberto Moraes</b>	PPS	rmoraes@al.sp.gov.br
<b>Rodolfo Costa e Silva</b>	PSDB	rcsilva@al.sp.gov.br
<b>Rodrigo Garcia</b>	PFL	rgarcia@al.sp.gov.br
<b>Rogério Nogueira</b>	PDT	rnogueira@al.sp.gov.br
<b>Romeu Tuma</b>	PMDB	rtuma@al.sp.gov.br
<b>Roque Barbieri</b>	PSDB	rbarbieri@al.sp.gov.br
<b>Rosmary Corrêa</b>	PSDB	delrose@al.sp.gov.br
<b>Said Mourad</b>	PSC	saismourad@al.sp.gov.br
<b>Sebastião Almeida</b>	PT	salmeida@al.sp.gov.br
<b>Sebastião Arcanjo</b>	PT	tiaopt@uol.com.br
<b>Sidney Beraldo</b>	PSDB	sberaldo@al.sp.gov.br
<b>Simão Pedro</b>	PT	spedro@al.sp.gov.br
<b>Souza Santos</b>	PL	ssantos@al.sp.gov.br
<b>Tiãozinho da Farmácia</b>	PV	tiaozinho@al.sp.gov.br
<b>Valdomiro Lopes</b>	PSB	vlopes@al.sp.gov.br
<b>Vanderlei Macris</b>	PSDB	vmacris@vanderleimacris.com
<b>Vanderlei Siraque</b>	PT	vsiraque@al.sp.gov.br
<b>Vaz de Lima</b>	PSDB	vlima@al.sp.gov.br
<b>Vicente Cândido</b>	PT	vcandido@al.sp.gov.br
<b>Vinicius Camarinha</b>	PSB	vcamarinha@al.sp.gov.br
<b>Wagner Salustiano</b>	PSDB	wsalustiano@al.sp.gov.br
<b>Waldir Agnello</b>	PTB	wagnello@al.sp.gov.br
<b>Zuza Abdul Massih</b>	PDT	zmassih@al.sp.gov.br

Parlamento Paulista é uma publicação da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Secretário-geral Parlamentar  
**Marco Antonio Hatem Beneton**

Diretor do Departamento de Comissões  
**José Carlos Borges**

Diretor do Departamento de Comunicação  
**Guilherme Wendel de Magalhães**

Diretor do Departamento Parlamentar  
**João de Jesus Angelo**

Diretora do Departamento de Documentação e Informação  
**Ligia Maria Tonioli Mazzioti**

Secretário-geral de Administração  
**Benedito Dantas Chiaradia**

Diretor do Departamento de Finanças  
**Aparecido Manoel Pereira dos Santos**

Diretor do Departamento de Informática e Desenvolvimento Organizacional  
**Celso Toshito Matsuda**

Diretor do Departamento de Recursos Humanos  
**Maurício da Rocha Ferraz Pereira**

Diretor do Departamento de Serviços Gerais  
**Dagoberto Gonçalves**

Procurador-chefe  
**Maurílio Maldonado**

Diretor da Divisão de Imprensa  
**Henrique Silveira Neves**

Projeto editorial  
**Ângela Maria Barbosa**

Produção  
**Rosana Fernandes**

Redação e revisão  
**Celina Fernandes de Castro**  
**Daniela Camargo B. Affonso**  
**Dimar Silva de Deus**  
**Ellen Alaver**  
**Fabiano Ciambra**  
**Josué Rocha**  
**Luciana Machado Podiesi**  
**Luiz Carlos Villas Boas**  
**Luiz Galvão**  
**Marcos Luiz Fernandes**  
**Maria Elizabeth Melo Avelar**  
**Marisa Mello**  
**Oriana Tossani**  
**Paulo Meirelles**  
**Rosana Martins**  
**Vagner Pelosini**

Edição de imagens  
**Bernadete Druzian**

Fotografia  
**José Antonio Teixeira**  
**Marco Antonio Cardelino**  
**Maurício Garcia de Souza**  
**Roberto Navarro**  
**Rosângela Cinthia de S. Silva**

Colaboradores  
**Célia Moreno**  
**Olga Maria Cêrvulo**

Projeto gráfico  
**Alessandra Viude**

Arte e pré-impressão  
**Reciclaimais publicações técnicas Ltda.**

Impressão e acabamento  
**Imesp**



**O Poder do Cidadão  
também na internet**

**[www.al.sp.gov.br](http://www.al.sp.gov.br)**





# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA O Poder do Cidadão

junho 2006 » distribuição gratuita

[www.al.sp.gov.br](http://www.al.sp.gov.br)